

Universidade Federal de Santa Catarina

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Centro Tecnológico

Trabalho de Conclusão de Curso

A dominação privada sobre o espaço público em Florianópolis:
estratégia espacial do *Adote Uma Praça* no Centro e Agronômica (2007-2023)

Maria Luisa Boabaid Moreira

Florianópolis, Santa Catarina

Dezembro - 2023

Sumário

Introdução	2
1. Teoria e história do lazer em Florianópolis	8
1.1. O paradoxo do lazer e do lugar público no espaço abstrato	8
1.2. Passado e presente do espaço público em Florianópolis	13
2. Origem e evolução do programa Adote Uma Praça em Florianópolis	19
2.1. O papel da FloripAmanhã na produção do espaço público na cidade	19
2.2. A configuração legal do Adote Uma Praça	24
2.3. A seletividade espacial de investimentos nos espaços públicos	26
3. Estratégia e interesses das empresas adotantes	32
3.1. Atividades diversas, metragem concentrada	32
3.2. O ganha-ganha das incorporadoras imobiliárias	34
4. O projeto da Praça Forte São Luís	42
4.1. O papel dos projetos na estratégia publicitária do Adote Uma Praça	42
4.2. Estatísticas	50
4.3. Uma breve descrição da Praça Forte São Luís	54
4.4. Alguns temas de análise do projeto	55
Conclusão	67
Referências	70
Anexo A - Projeto da Praça Forte São Luís	77

Introdução

Florianópolis, capital de Santa Catarina, teve sua paisagem transformada na última década por projetos urbanos. No sistema viário, podemos citar a construção da nova rodovia que conecta a área central ao sul da Ilha e ao novo aeroporto Floripa Airport, a inauguração da reforma da Ponte Hercílio Luz e o binário Pantanal–Carvoeira. No plano cultural, realizou-se a restauração de diversos edifícios no centro histórico, como o Mercado Público, a Casa da Alfândega, o Museu de Florianópolis, o Museu Victor Meirelles, entre outros. Temos, ainda, projetos previstos para os próximos anos, como a Marina da Beira-Mar Norte e Parque Urbano e o Museu de Arte Digital e Inovação (MADI) no aterro da Baía Sul.

Junta-se a isso as “revitalizações” dos espaços públicos idealizadas pela iniciativa privada. Apenas nas últimas duas décadas, 88 Áreas Verdes de Lazer (AVL) e 161 Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV) foram adotadas para manutenção e/ou reforma. Ao mapearmos essas intervenções, percebemos que existe um fortalecimento de uma rota de investimentos típica de Florianópolis, hoje correspondente à Rota de Inovação, projeto que liga o *Floripa Airport* ao *Sapiens Parque*, em Canasvieiras, constituindo uma conexão de empresas e empreendimentos imobiliários ligados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essa fragmentação dos projetos, entretanto, não é desconexa: está articulada a um projeto urbano.

As alterações no âmbito da paisagem estão relacionadas a profundas transformações no âmbito do Estado. Isso porque, desde o início do século XXI, novas associações empresariais de Florianópolis, em especial do turismo e da incorporação imobiliária, ocupam, gradualmente, o espaço dos órgãos públicos da Prefeitura Municipal (BERTOLI, 2017). Com interesses no “planejamento estratégico” e na promoção da atratividade internacional de Florianópolis, essas organizações de classe têm comandado um processo transformador na paisagem da cidade e aprofundado a segregação socioespacial.

Neste trabalho, propomos estudar um dos programas que fazem parte do tema dos novos projetos urbanos e da incorporação de associações empresariais no interior do Estado em Florianópolis: o *Adote Uma Praça*. Em 1987, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) elaborou o *Adote Uma Praça*, um programa de promoção de parcerias público-privadas para o planejamento, administração e manutenção de espaços públicos. A “revitalização” das praças, dos

canteiros e resquícios do sistema viário tornou-se prioridade no movimento de transformar a imagem da cidade.

Entendemos que, a partir de 2007, o *Adote Uma Praça* torna-se a forma predominante de intervenção nos espaços públicos da cidade, orientada, agora, não pelo Estado, mas pela iniciativa privada. Naquele ano, a Associação FloripAmanhã, organização empresarial representante dos interesses das frações hegemônicas do empresariado da cidade (BERTOLI, 2017), fez um *rebranding* do programa e o elegeu como uma de suas ações prioritárias. Desde então, o *Adote Uma Praça* é desenvolvido em conjunto entre a PMF, a FloripAmanhã e a FLORAM. É nessa fase de reedição do programa, desde 2007 até os dias atuais, que se concentra este trabalho.

Desde 2007, as 249 intervenções do *Adote Uma Praça* em Florianópolis são distribuídas de forma desigual entre os bairros da cidade e de forma seletiva no eixo da Rota de Inovação, como mostramos no Mapa 1. Para aprofundar nossa pesquisa sobre o *Adote Uma Praça*, selecionamos dois bairros em Florianópolis: Centro e Agronômica. Essa escolha se justifica, em primeiro lugar, pela maior concentração de adoção de praças nesses bairros, com 15 adotadas no Centro e seis na Agronômica¹. Além disso, as praças centrais tornaram-se singulares ao longo do século XX, como apresenta Vaz (2016), marcadas por sua diversidade, uso cotidiano e relevância histórica, o que reforça essa seleção. E, por fim, os projetos de arquitetura desenvolvidos pelo *Adote Uma Praça* que mais se destacam, seja na reforma de espaços existentes ou na criação de novas áreas de lazer, encontram-se nesses dois bairros.

Nos bairros Centro e Agronômica, as transformações na paisagem decorrentes do *Adote Uma Praça* são perceptíveis: desenvolvidas pelos mesmos grupos de arquitetos e empresários, as reformas têm forte apelo visual. O principal objetivo desta pesquisa é compreender como o plano urbano e os projetos arquitetônicos do *Adote Uma Praça* contribuem para ampliar ou restringir a dominação privada sobre o espaço público. Como objetivos específicos, elencamos:

1. definir os principais agentes na concepção e manutenção dos espaços de lazer dentro do recorte de estudo — instituições, associações, órgãos estatais, pessoas públicas,

¹Considerando as *praças*, não as Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV) ou outras Áreas Verdes de Lazer (AVL). O bairro do Estreito também tem seis praças adotadas.

incorporadoras, construtoras, escritórios de arquitetura etc. —, suas manifestações públicas e as formas contratuais de envolvimento das partes;

1. mapear as reformas e as novas configurações de espaços públicos em Florianópolis entre 2007 e 2023 realizadas pelo *Adote Uma Praça*;
2. investigar as formas de seleção dos projetos e a relevância dos arquitetos na construção da política do programa; e
3. analisar o projeto de um espaço público reformado pelo *Adote Uma Praça*, em busca das principais intenções arquitetônicas e paisagísticas.

Para dar suporte às questões colocadas pela pesquisa, as frentes metodológicas são de duas ordens: revisão da bibliografia e análise documental com fontes primárias do *Adote Uma Praça*. A bibliografia se divide em dois eixos principais: (1) teoria e história crítica acerca do *lazer* e do *lugar público* na sociedade moderna (LEFEBVRE, 1992 e 2014; ARANTES, 1993) e (2) o papel das associações empresariais no Brasil contemporâneo (CASIMIRO, 2016; FONTES, 2020). As fontes primárias usadas nesta pesquisa são documentos, vídeos, textos legislativos, artigos de jornais² e representações gráficas dos objetos de estudo disponíveis em meios digitais.

O texto é dividido em quatro capítulos. No primeiro, relacionamos a história da produção do espaço público em Florianópolis com a teoria e a história geral a respeito do paradoxo do *lazer* e do *lugar público* na sociedade moderna. O segundo e o terceiro capítulo apresentam uma análise da *política do espaço* do *Adote Uma Praça*, a respeito das associações empresariais e da Prefeitura Municipal e das empresas adotantes, respectivamente. No quarto e último capítulo, desenvolvemos um estudo de caso sobre um dos *espaços* do programa: a Praça Forte São Luís, inaugurada em 2023 (Figura 1). Esse é um projeto novo de espaço de lazer, que teve uma centralidade midiática e contou com os principais agentes do *Adote Uma Praça* (associações, empresas e escritórios de arquitetos) no seu desenvolvimento.

Nas principais referências recentes encontradas na revisão bibliográfica sobre a produção dos espaços públicos em Florianópolis — Agostinho (2008), Barros (2010), Capela (2022), Corrêa

²Em especial, o Clipping da Associação FloripAmanhã (<https://floripamanha.org/clipping-2/>), que reúne as principais notícias dos jornais locais a respeito da cidade (ND Mais, Notícias do Dia, NSC etc), além de textos próprios da organização.

(2015), Vieira (2013) e Vaz (2016) —, a temática das adoções é presente em dois trabalhos, fato que pode ser explicado por se tratar de objeto ainda recente. A pesquisa panorâmica de Vaz (2016), “A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana”, debate o programa *Adote Uma Praça* de forma secundária.

“Por ser recente, esse processo é de difícil análise, necessitando de um tempo maior para consolidar-se, mas, num primeiro momento, o que se observa são intervenções pontuais, sem aprofundar efetivamente a discussão do espaço público florianopolitano”. (VAZ, 2016, p. 144)

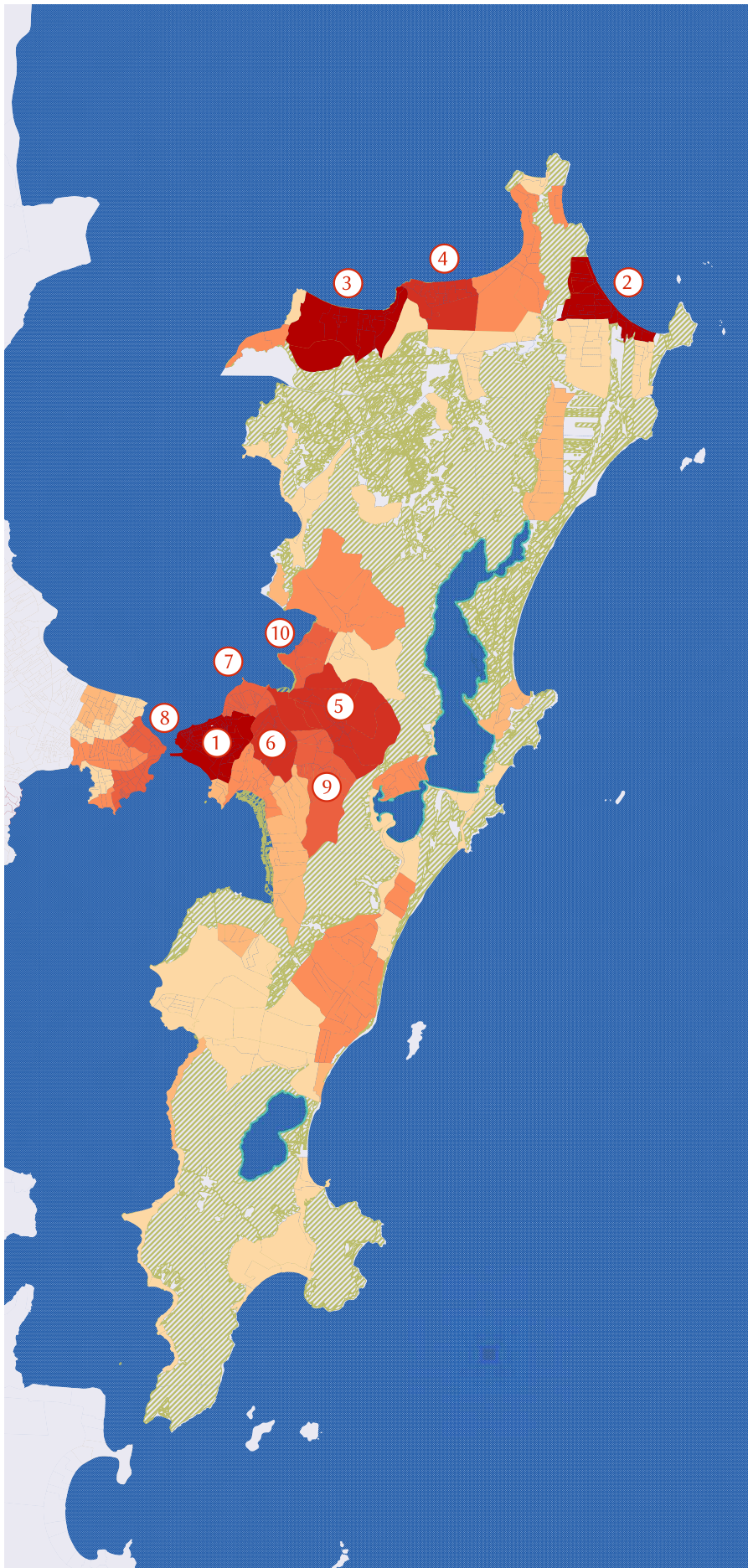
Mesmo compreendendo a adoção de praças como uma política do espaço fragmentada, Vaz (2016) apresenta reflexões relevantes sobre o *Adote Uma Praça*, aspectos que vão germinar nos anos seguintes. Corrêa (2015) desenvolve um trabalho dedicado exclusivamente à adoção de praças, em especial à atuação da incorporadora WOA, apresentando questões pertinentes sobre a relação das empresas com os espaços adotados.



No âmbito nacional, as pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a concessão de espaços públicos de lazer também são escassas, apesar da existência de programas similares ao *Adote Uma Praça* em centenas de cidades do país, alguns recebendo até o mesmo nome. Segundo Rosaneli (2021), ainda na década de 1980, municípios como Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Manaus, além de Florianópolis, lançaram o *Adote Uma Praça* e regulamentaram os processos de concessão e contrapartidas em suas legislações municipais. Para o autor, a adoção de praças nos municípios vincula-se a uma preocupação de vigilância e higienização do espaço público a nível internacional.

PROGRAMA ADOTE UMA PRAÇA POR BAIRRO

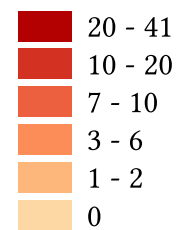
MAPA 1

Escala 1:25.0000
Florianópolis
2023



 Cobertura Vegetal
 Corpos d'água

Adoções por bairro:



Bairros com mais adoções:

1. Centro	41
2. Ingleses	31
3. Jurerê	22
4. Canasvieiras	16
5. Itacorubi	15
6. Trindade	11
7. Agrônômica	10
8. Estreito	10
9. Córrego Grande	9
10. João Paulo	7

JA8 Arquitetura Viva, *Praça Forte São Luís*, Figura 1 (Fonte: acervo pessoal); Cerimônia de inauguração da Praça Forte São Luís, Figura 2 (Fonte: Agência Catarinense de Notícias).



1. Teoria e história do lazer em Florianópolis

Neste capítulo, analisamos a produção do espaço público de lazer em Florianópolis, desde a construção de praças e espaços livres ao longo do século XX, até as transformações recentes que iniciam na década de 1990. As intervenções do programa *Adote Uma Praça* consistem prioritariamente em revitalizar projetos passados, diferente do que foi a produção de novos espaços públicos ao longo do século XX. Hoje, uma miríade de praças, parques e espaços livres consolidados em momentos históricos diversos recebem tratamentos contemporâneos similares. Compreender a história da produção do espaço público em que o *Adote Uma Praça* intervém, portanto, permite analisar as continuidades e rupturas do programa com concepções e projetos passados, assim como o que esse aponta para o futuro.

Nesse sentido, procuramos estabelecer vínculos entre a história do lazer em Florianópolis com as teorias e a história geral do lazer e de seus espaços na sociedade moderna. Em especial, as considerações de Lefebvre (1992; 2014) e Arantes (1993) acerca dos paradoxos da arquitetura do *lazer* e do *lugar público* na sociedade capitalista, respectivamente. Buscamos demonstrar como o conflito entre as possibilidades não concretizadas de apropriação e uso do corpo e a dominação do espaço pelo Estado, que limita e impede tais potencialidades, é um elemento contínuo na produção do espaço de lazer em Florianópolis. Na segunda seção do capítulo ilustramos esse conflito em quatro períodos da produção do espaço público na cidade: as praças contemplativas do urbanismo sanitário; a criação da estrutura balneária para o banho de mar; os enormes vazios decorrentes do aterramento da orla e, por fim, o recente *revival* do discurso e dos projetos de *revitalização*.

1.1. O paradoxo do *lazer* e do *lugar público* no espaço abstrato

A ideia de *lazer*, comum no discurso e nas práticas urbanísticas contemporâneas, tem suas raízes na política produtivista dos Estados modernos do século XX. Diante da reorganização produtiva do

taylorismo/fordismo³ e a estrita separação entre tempo de trabalho e tempo livre, o *lazer* visa “enquadrar a preguiça [dos trabalhadores] e dar produtividade ao ócio” (FIGUEIREDO, 1991). Além da disciplina fabril, a cultura (como conjunto das formas de viver, de sentir e agir) realiza um papel fundamental em organizar um novo sujeito adequado ao processo produtivo. As manifestações culturais populares, a “prática de futebol, [os] convescotes, [os] bailes até altas horas da noite” e outras “práticas domingueiras” (FIGUEIREDO, 1991, p. 10) tornam-se prejudiciais à produtividade no trabalho e, assim, são substituídas por atividades educativas. É aliado às transformações econômicas e culturais da sociedade moderna que o *lazer* torna-se uma necessidade e uma *função*, como o trabalho e a moradia, partes constituintes da cidade e da vida cotidiana.

Henri Lefebvre é um dos principais críticos ao reducionismo da vida e dos desejos às necessidades e funções do funcionalismo moderno. Os paradoxos do *lazer* são debatidos em vários momentos da obra de Lefebvre. Todavia, o texto dedicado exclusivamente ao tema, “Por uma arquitetura do gozo” (LEFEBVRE, 2014), foi editado e publicado somente em 2014 pelo pesquisador Łukasz Stanek. É, em especial, com base nessa obra recém apropriada pela literatura que o presente trabalho irá se debruçar.

Na sociedade capitalista, a tendência de abstração do espaço o apresenta como homogêneo, vazio, quantitativo e geométrico; torna-se uma mercadoria cujo aspecto dominante passa a ser o de equivalente monetário, como valor de troca; apaga-se, assim, as contradições e diferenças e impõe-se uma coerência imaginária, reduzindo a realidade a serviço e controle do Estado. Ao mesmo tempo, o espaço abstrato tende à fragmentação, seja por lotes, parcelas e funções modernas atribuídas, seja pela dificuldade de compreensão do todo por conta da pulverização da prática espacial estatal em uma miríade de elementos (LEFEBVRE, 1992).

Por um lado, os espaços de lazer na sociedade moderna são parte constitutiva desse *espaço abstrato* controlado, um dos símbolos do poder, já que integram o sistema produtivo como uma função complementar ao trabalho. Por outro, para Lefebvre (2014), o *lazer* é um paradoxo na

³Binômio que exprime a forma pela qual a indústria se consolidou ao longo do século XX, com as seguintes características: “produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.” (ANTUNES, 2008, p. 35)

sociedade capitalista, à medida em que também pode remeter ao gozo, ao uso do corpo (da sensualidade e da sensorialidade) e da *experiência vivida*⁴.

“A análise crítica só pode tratar da arquitetura do lazer como uma simulação do gozo em um quadro que o proíbe, sobretudo o controle desses espaços por forças econômicas e políticas. Contudo, algumas características podem ser encontradas onde uma possibilidade não concretizada aparece: as prioridades do uso, da natureza, do imediato, do corpo. A utopia do gozo tende ao concreto.” (LEFEBVRE, 2014, p. 100, tradução nossa)

Outro aspecto que permite a instrumentalização do espaço abstrato é a forma com que o Estado promove a inação dos usuários no espaço. Nos espaços de lazer, essa inação é marcada pela passividade das atividades oferecidas, limitadas pelas pré-determinações de uso definidas a priori. Sobre esse assunto, um contraponto recorrente na obra de Lefebvre é a experiência dos condensadores sociais na União Soviética entre 1925–1932. Os “clubes para um novo tipo social” formulados pelo arquiteto Leonidov (1929) continham um programa de necessidades no qual a cultura estava vinculada ao desenvolvimento científico e militar e as atividades esportivas se situavam ao lado de laboratórios. Os “Clubes dos Trabalhadores” eram espaços onde os membros deviam ser criadores, instrutores e “espíritos em movimento” (KOPP, 1970), ou seja, um espaço onde as pessoas “não irão apenas se render passivamente a distrações triviais, mas construir ativamente novos valores culturais” (KOPP, 1970, p.126, tradução nossa). Nos espaços de lazer capitalistas, por outro lado, o espaço de decisões de criação e destinação de recursos está distante dos usuários das praças, dos parques e dos centros culturais.

Inspirado pelas novas cidades turísticas da costa mediterrânea da Espanha, Lefebvre (2014) desenvolve um estudo conceitual a respeito do *arquitetura do gozo* nas áreas da filosofia, da antropologia, da história, da psicologia e psicanálise, da semântica e semiótica, da economia e, por fim, da arquitetura. O livro é guiado pela questão: existe a arquitetura da violência, do sadismo, da morte, da contemplação e do poder; o que seria uma *arquitetura do gozo*? Esse é um tema que irá

⁴A *experiência vivida* é aqui entendida como uma aproximação com o espaço vinculada à experiência próxima e cotidiana do indivíduo, aspecto que Lefebvre defende como elemento essencial para a transformação da produção do espaço. Nas palavras do pesquisador Lukasz Stanek, “Lefebvre escreveu que a realidade do corpo não é a de um passado arcaico nem de uma revolução futura, mas sim o “agora”, a experiência vivida; nas palavras de Paz, “o corpo nunca acreditou no progresso; sua religião não é o futuro, mas o presente.” (LEFEBVRE, 2014, p. LV)

fundamentar, mais tarde, outras obras do autor, como “A produção do espaço” (LEFEBVRE, 1992).

“É um fato curioso e paradoxal que, embora tenham existido espaços dedicados ao deleite sensual, eles são poucos e distantes entre si: além de Alhambra com seus jardins, de certos castelos do Loire e talvez de algumas vilas de Palladio, é difícil pensar em exemplos reais em oposição aos literários e imaginários — a Abadia de Theleme, os palácios da Mil e Uma Noites, ou os sonhos de um Fourier. Uma arquitetura do prazer e da alegria, de comunidade no uso dos frutos da Terra, ainda precisa ser inventada.”⁵ (LEFEBVRE, 1992, p. 379, tradução nossa)

O gozo não é algo que pode ser programado e projetado, como são os objetos, mas “surge da natureza e do uso” (LEFEBVRE, 2014, p. 62, tradução nossa). A *arquitetura do gozo* e a prática arquitetônica, da mesma forma, “não tem o gozo como finalidade, mas o permitem, levam-no a ele, o preparam. Outra vez, seria equivocado argumentar que o gozo é resultado de um *efeito arquitetônico*” (LEFEBVRE, 2014, p. 151, tradução e grifo nossos). As Termas de Diocleciano, da Roma Imperial, são uma rara ilustração fornecida por Lefebvre do horizonte proposto pelo autor. As Termas eram uma arquitetura polimorfa e polivalente de mais de 57 hectares, um espaço enorme e democrático que tinha como objetivo o cultivo do corpo e da mente, um “luxo coletivo” (STANEK, 2017).

Uma sucessão de salas se ordenavam ao longo de um eixo, que servia tanto de corredor quanto de vestíbulo e que levava a uma gigantesca piscina ao ar livre com mais de meio hectare de tamanho. Isso era acompanhado de um salão abobadado, também rodeado por piscinas. Ao redor da grande piscina havia *palaestrae*, academias e salas de massagem [...]. Depois de aquecerem os músculos, os clientes atravessavam uma série de salas, o calor aumentando à medida que avançavam, para finalmente chegar ao caldário. [...] As salas continham fontes, colunatas, nichos decorados com estátuas; pinturas e mosaicos adornavam as superfícies das paredes, revestidas de estuque e materiais preciosos (ônix, pórfiro, mármore, marfim). As termas continham [...] obras de arte que transformaram essas salas em museus e espaços para exposições permanentes. Havia também um parque onde os visitantes podiam se encontrar e conversar, e uma biblioteca pública. (LEFEBVRE, 2014, p. 137, tradução nossa)

⁵Das obras construídas: Alhambra, um palácio e uma fortaleza localizada em Granada, no sul da Espanha; o Vale de Loire, na França, que reúne mais de 300 castelos construídos desde o século X; as vilas palladianas, obra do arquiteto italiano Andrea Palladio, localizadas, sobretudo, na região do Veneto, na Itália. Dos espaços literários e imaginários: a Abadia de Theleme, uma construção do romance satírico de François Rabelais “A vida de Gargântua e de Pantagruel”, escrito no século XVI; os palácios abundantes em ornamentos, banquetes, sensualidade e fantasia dos contos árabes Mil e Uma Noites e, por fim, as utopias comunitárias do socialista francês Charles Fourier (1772–1837).

Os ascéticos *espaços de lazer* da arquitetura moderna, como estádios e centros culturais, se comparados às Termas, “parecem descender de bárbaros e puritanos” (LEFEBVRE, 2014, p. 137, tradução nossa). Lefebvre não está sozinho em suas críticas ao espaço abstrato do funcionalismo modernista no final do século XX. No interior das teorias dos grandes *boulevards* e dos planos do movimento moderno, a arquitetura contemporânea, em especial na Europa, condena a falta de referencial e a monotonia das intervenções urbanas. Para Arantes (1993), as diversas tendências que surgem no período — de reconstrução do senso de comunidade perdido, da memória e da tradição, da recomposição dos espaços de debate público ou do preservacionismo oficial dos monumentos — têm em comum a tentativa de reconstituir o *lugar público* na cidade. Se essa crítica fundamenta-se em uma recusa do espaço abstrato “comandado pela lógica do Mesmo” (ARANTES, 1993, p. 155), foi também apropriada pelos Estados capitalistas no processo de mercantilização das cidades, para justificar novos investimentos em restaurações de centros simbólicos e espaços públicos. Usados como “grandes vitrines publicitárias” para o mercado internacional (ARANTES, 1993, p. 143), as intervenções estatais não foram capazes de mobilizar, por si só, a vida pública e coletiva das cidades, e podem estar ainda mais distantes dos horizontes de Lefebvre da *arquitetura do gozo* ou do *luzo coletivo*.

“Na verdade desencadeia-se uma lógica de evocação que mais funciona como uma antimemória coletiva: a preservação e restauração de muitos monumentos passados, em especial a ‘limpeza urbana’ dos velhos centros urbanos com seus edifícios públicos, na maior parte das vezes apenas esconde as marcas do tempo e, reprimindo suas metamorfoses, acarreta uma redução ao idêntico, uma espécie de ‘ordem branca da memória’. Segundo o autor [Henri-Pierre Jeudy], querer determinar a forma de apreensão do que é ‘próprio’ a um certo *lugar* é uma maneira de limitar a variação destes modos de apropriação”. (ARANTES, 1993, p. 145)

A história da produção do espaço público na cidade de Florianópolis tem como elemento constante o conflito entre o potencial e o limite dos projetos do Estado de espaços públicos e de lazer. É evidente que tal *paradoxo* tem seus discursos, representações e práticas reformuladas desde o início do século XX, junto das novas funções socioeconômicas atribuídas à cidade e a integração de ideias internacionais. Nesse ínterim, como veremos adiante, os conflitos ganham feições diversas: seja na formulação de belas praças contemplativas para impor novas normas de conduta nos espaços públicos do Centro; seja no plano utópico de lazer de Burle Marx para o aterro da Baía Sul, que

resultou no abandono do projeto e priorização do sistema viário entre grandes áreas verdes inutilizadas. Seja, ainda, na produção do espaço contemporâneo, onde o *gozo*, a *história* e o *espaço público* são apropriados pelo Estado para atrair investimentos internacionais e ampliar a segregação socioespacial.

1.2. Passado e presente do espaço público em Florianópolis

A cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui 42 praias cercadas por costões, restingas, manguezais e dunas. A cidade ocupa a totalidade da Ilha de Santa Catarina e uma porção continental fronteiriça, sendo conectada por três pontes na área central. Dois maciços montanhosos atravessam a Ilha de forma paralela à sua maior dimensão e, junto de planícies costeiras e grandes lagoas, constituem sua diversidade paisagística. Essas condições geográficas preservadas foram apropriadas de duas maneiras na formação histórica de Florianópolis a partir do século XX. Em primeiro lugar, na propagação da ideia da cidade como “Paraíso Internacional” (SUGAI, 2015) como forma de atrair investimentos nacionais e internacionais. E, em segundo lugar, na apropriação de espaços de preservação como espaços de lazer. Diferente das metrópoles altamente urbanizadas, em Florianópolis os espaços de lazer públicos não são somente os projetados e edificados, mas também as cachoeiras, lagoas, praias e trilhas, que são de uso comum e em grande medida irrestrito.

Os bairros do Centro e Agrônômica, recorte desta pesquisa, são uma exceção na balança entre áreas de preservação apropriadas e os espaços públicos de lazer projetados em Florianópolis. Por um lado, a urbanização fragmentada e centralizada da cidade, entre os balneários “naturais” turísticos e o centro administrativo “edificado”, foi responsável pela redução das Áreas de Preservação Permanente na área central. Isso se expressa (1) no aterramento da Baía Sul e da Beira-Mar Norte, que priorizou o sistema viário e tornou o mar mero símbolo visual e (2) na ocupação do maciço adjacente, do Morro da Cruz, tanto por comunidades informais quanto por casas residenciais de alto padrão formalizadas. Por outro lado, com a expansão dos loteamentos e espaços de lazer indiferenciados no fim do século XX na cidade, os espaços simbólicos centrais tiveram seu aspecto diverso, cotidiano e polivalente — de manifestações e apresentações culturais — ampliado (VAZ, 2016). O Centro também concentra espaços de lazer edificados e abertos ao

público, como grande parte dos museus históricos de Florianópolis⁶, a biblioteca pública estadual e o Serviço Social do Comércio Prainha (Sesc).

A praça pública simboliza o marco fundacional de Florianópolis, regido pela fórmula portuguesa de colonização da Igreja com o terreiro livre em frente, empregada no Centro, com a Catedral Nossa Senhora do Desterro e a Praça XV de Novembro, e nas freguesias balneárias. Sem um desenho paisagístico, os terreiros eram áreas polivalentes, de comercialização cotidiana de produtos e de dias festivos (VAZ, 2016). No final do século XIX, quando a cidade colonial torna-se capital administrativa de Santa Catarina, a conformação de uma pequena burguesia em cargos públicos, migrantes de outras regiões do país, traz consigo novos anseios cosmopolitas para a cidade (SUGAI, 2015). Descontentes com a diversidade desses espaços públicos, a classe ascendente irá implantar reformas e novas praças inspiradas no jardim inglês romântico. A arquitetura da *contemplação* e de atividades passivas fundamentava-se em ideias estrangeiras, como *footing* (termo inglês para passeio à pé), *promenades* (termo francês para caminhos para se passear a pé) e *boulevards* (termo francês para ruas largas e arborizadas). Além da reforma de espaços existentes, como a Praça XV de Novembro, a implantação das novas praças acompanhou a expansão do Centro ao longo da faixa litorânea: ou próximos de edifícios públicos (como a Praça Getúlio Vargas) ou à beira-mar (como a Praça Governador Celso Ramos e o Jardim São Luís).

Com o anseio da modernização e por conta dos problemas sanitários que começaram a se desenvolver no centro da cidade no início do século XX, a prefeitura de Florianópolis irá implantar vultosos projetos de infraestrutura. Este processo histórico que passa pela implementação estatal de redes de água e de esgoto, iluminação pública a gás, transporte coletivo e a canalização do Rio da Bulha para a criação de um *boulevard* é conhecido como o “urbanismo sanitário”, do qual Florianópolis é uma das pioneiras na história brasileira (MULLER, 2002). Assim como as novas praças contemplativas, o sanitário em Florianópolis é amplamente criticado por expulsar moradores pobres do Centro e impor novas normas de conduta, amplificando problemas sociais sob o discurso tecnicista de melhora nas condições de vida (SUGAI, 2015).

⁶Palácio Cruz e Sousa (Museu Histórico de Santa Catarina), Museu Victor Meirelles (ampliado em 2019), Museu da Escola Catarinense (inaugurado em 2007) e Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina (inaugurado em 2016). O Museu de Florianópolis (inaugurado em 2021), foi resultado de uma articulação da ex-presidente da FloripAmanhã, Elizenia Becker, entre o Sesc e a PMF.

1.2.1. Transformações na relação com o tempo e com a natureza

Com a generalização do trabalho assalariado na primeira metade do século XX, a política de “enquadrar a preguiça e dar produtividade ao ócio” também teve sua expressão na cidade de Florianópolis. Segundo Sugai (2015), é nesse momento que separa-se o espaço-tempo do trabalho e o espaço-tempo doméstico e de outras atividades; para a autora, o início da segregação socioespacial das moradias também data desse período. Ferreira (1994) analisa como os jornais, a partir da década de 1910, começam a propagar a natureza, em especial as praias, como espaço de atividades lúdicas, recreio e diversão, disponíveis para o tempo livre.

Se, até então, o banho de mar era mal visto, a partir da década de 1930 cria-se uma estrutura balneária para dar suporte ao lazer da orla marítima (VAZ, 2016). Além das baías do centro da cidade, que se dividiam entre os resíduos das atividades comerciais e o banho de mar mais popular, as praias da elite se consolidaram nos bairros do continente, em especial Coqueiros, e no balneário de Canasvieiras. Os jornais locais defendiam a criação de uma estrutura de conforto para as praias oceânicas, para uso tanto da população da cidade quanto dos veranistas. Ao longo do século XX essa estrutura foi se conformando, com o sistema viário, iluminação pública, hotéis, restaurantes e clubes. Concomitantemente à expansão das casas de veraneio para outros bairros da Ilha, o banho de mar no centro também entrava em um período de abandono na década de 1970, seja por aterramentos, seja pela falta de balneabilidade. Segundo Vaz (2016, p. 396) o “acesso às praias foi sendo negado como espaço para o cotidiano, mesmo que os banhos de mar só tenham se disseminado em Florianópolis a partir do século XX”.

1.2.2. A produção de lotes residuais nas décadas de 60 e 70

A expansão indiferenciada do meio urbano, que homogeneiza o espaço e produz lotes e avenidas a-históricas — o *espaço abstrato* sobre o qual Lefebvre (1992) realizou sua análise crítica —, foi concebida em Florianópolis a partir de grandes intervenções nas décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, a ditadura empresarial-militar promoveu a expansão espacial do Estado no Brasil, com novas empresas e órgãos estatais e a necessária comunicação rodoviária em todo o território

(RIZZO, 1993). A capital administrativa de Santa Catarina, Florianópolis, passa a sediar novas empresas estatais e executar obras de infraestrutura que vão conectar a cidade com o resto de Santa Catarina e do país, e as freguesias com o Distrito Sede. Os *espaços públicos* multiplicaram-se para além do Centro e das freguesias na cidade, com a dupla expansão da malha urbana: novos loteamentos e avenidas sobre aterros.

Os loteamentos de casas unifamiliares aprovados na Trindade e no Santa Mônica serviam para abrigar os novos funcionários dos órgãos públicos (Celesc, UDESC, Telesc, UFSC e Eletrosul) vindos de outros estados do país⁷. Previstos de forma quantitativa, os espaços públicos de lazer no interior dos loteamentos eram reminiscências do traçado das ruas, como rótulas, beiradas de rios ou quadras livres. Perto das residências, as praças atuam como uma extensão do espaço privado, pouco diversas e atrativas; com equipamentos de lazer infantil e esportivo, no melhor dos casos. Essa especialização dos espaços públicos, segundo Vaz (2016), reforça o aspecto cotidiano e diverso das praças centrais, que recebem feiras, manifestações políticas e apresentações culturais.

No Centro, as duas baías que cercam o bairro são aterradas, formando o aterro da Beira-Mar Norte e o da Baía Sul. No aterro da Avenida Beira-Mar Norte, tanto as novas praças implantadas nas reminiscências do sistema viário, como a Praça Portugal, quanto as antigas praças e jardins à beira-mar, tornam-se sujeitas ao ruído, à paisagem e ao movimento da nova avenida. Além disso, os espaços de lazer passam a funcionar como um “caminho arborizado” dos grandes eixos da cidade, aumentando o aspecto imagético dos projetos. Caso similar é o do aterro da Baía Sul, onde grandes edifícios administrativos são construídos ao redor da monumental e inutilizada Praça Tancredo Neves (VAZ, 2016). Apesar das grandes expectativas do aterro da Baía Sul como um grande centro de lazer (OLEIAS, 1994), esse projeto não foi concretizado e criou-se uma distensão entre o *plano urbano* e a realidade.

⁷As universidades e a Eletrosul trazem consigo funcionários públicos de outros estados do país, com maior poder aquisitivo, valores e anseios cosmopolitas distintos dos descendentes de açorianos, com o ritmo da vida rural. (VAZ, 2016)

1.2.3. O revival do espaço público

Um *revival* do discurso e dos investimentos nas praças e no lazer público na cidade de Florianópolis (SC) acontece a partir da década de 1990, em consonância com as tendências internacionais de reabilitar o *lugar público* na monótona cidade moderna (ARANTES, 1993). Após décadas de *planos* urbanos (aterros, intervenções viárias e loteamentos residenciais), são lançados dezenas de projetos de restauração de edifícios e áreas históricas no Centro e mobilizam-se recursos destinados a espaços públicos de lazer. O discurso hegemônico de promover a qualidade de vida urbana⁸ estava vinculado ao anseio de investir na imagem e na atratividade de Florianópolis no mercado de turismo internacional, ainda que procurasse, em parte, ocultá-lo, apresentando-o como de interesse comum (VAZ, 2016). Como apresenta Sugai (2015), não faltam *slogans* para repercutir essas ideias: “Paraíso Internacional”, “Ilha da Magia”, “ilha do primeiro mundo”, “Capital Turística do Mercosul”, entre outros. As reformas dos *lugares* simbólicos da cidade, por sua vez, como a Ponte Hercílio Luz (2019), o Largo da Alfândega (2020-2022) e o Mercado Público (2016), atualizam o “cartão de visitas” da cidade.

Das iniciativas da PMF no fim do século XX, destaca-se o *Plano de Humanização da Área Central* (1990) desenvolvido pelo IPUF, que reunia propostas como “corredores culturais” de preservação do patrimônio histórico (1981); criação Parque da Luz; planejamento das ciclovias e alargamento do calçadão da orla e a criação do Parque Urbano da Avenida Beira-Mar Norte, entre outros projetos de valorização do uso pedestre no Centro (CUNHA, 2002). Se essa proposta do IPUF ainda residia em uma ideia de *plano* urbano, a partir de 2010 a PMF lança novos *projetos* específicos, estruturados por parcerias público-privadas e junto de associações empresariais locais. Dentre essas iniciativas, destacam-se o *Continente Saudável* (2013), *Viva a Praça* (2013), *Viva a Cidade* (2013), *Projeto de Reorganização do Parque Náutico* (2014), *Projeto Passarela Jardim* (2014), *Ponte Viva* (2017) e *Praça Viva* (2019).

O programa *Adote Uma Praça*, apesar de ter sido lançado pela Prefeitura Municipal em 1987, foi reestruturado em 2007 pela Associação FloripAmanhã. Tendo em vista que a

⁸De acordo com Cunha (2002, p.119), “o Município de Florianópolis engajou-se na organização de um Fórum para discussões sobre questões ambientais e de sustentação urbana que resultou na “Agenda 21 Local do Município de Florianópolis”, inspirada nas diretrizes de “desenvolvimento sustentável” da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) no Rio de Janeiro.

configuração legal do *Adote Uma Praça* autoriza a concessão de espaços como praças, logradouros e parques para o setor privado, ele serviu de base para os projetos de parcerias público-privadas no espaço público da cidade. Em grande parte das propostas a partir da primeira década do século XXI citadas, a adoção de espaços públicos por empresas privadas tornou-se o *modus operandi* pelo qual os projetos são realizados⁹.

Neste capítulo, demonstramos como, pelo menos desde o final do século XIX, a produção do espaço público de lazer é marcado por conflitos entre projetos que aparentam ser de interesse comum e o uso de estratégias publicitárias para mascarar intenções perversas de segregação socioespacial e dominação do espaço público pelo Estado. No próximo capítulo, aprofundamos nossa análise sobre o programa *Adote Uma Praça*. Acreditamos que as parcerias público-privadas conformam um novo período histórico na produção do espaço público da cidade. Longe de serem projetos fragmentados, apesar de por vezes assim parecer, eles estão articulados a um projeto de cidade e se aderem às críticas aos espaços de lazer desenvolvidos nos planos urbanos do final do século XX, que não contavam com projetos de arquitetura, para atrair investimentos internacionais.

⁹O *Continente Saudável* é um projeto de articulação de adoção de praças em bairros da parte continental da cidade; faz parte do *Ponte Viva* a adoção e reforma de praças e logradouros na cabeceira da Ponte Hercílio Luz pelo setor privado; a realização do projeto de *Reorganização do Parque Náutico* é prevista com recursos privados de adotantes e o *Boa Praça* é um projeto próprio da WKoerich para adoção de praças pela empresa.

2. Origem e evolução do programa *Adote Uma Praça* em Florianópolis

Em um contexto de novos investimentos nos espaços públicos, em 1987 a Prefeitura Municipal de Florianópolis lançou o programa *Adote Uma Praça*. Para viabilizar a iniciativa, a então gestão do prefeito Edison Andrino (PMDB) sancionou a Lei nº 2.668/87, que autorizou o Poder Executivo a conceder, por doação, espaços públicos indicados. Apesar de permanecer vigente por 20 anos, é somente em 2007, quando a Associação FloripAmanhã elegeu o programa *Adote Uma Praça* como uma de suas ações prioritárias, que ele começou a se consolidar como a principal estratégia para a manutenção, reforma e intervenção direta por parte dos empresários nos espaços públicos da cidade. Assim, a análise do ressurgimento do programa *Adote Uma Praça* e suas estratégias publicitárias contemporâneas, objetivo central deste capítulo, requer a contextualização do surgimento da associação empresarial que o impulsiona, a FloripAmanhã. Desde 1987, a legislação municipal que rege o programa também passou por modificações, o que será debatido na segunda seção do capítulo. Por fim, a relação entre a estratégia publicitária, o aparato legislativo e a seletividade espacial de investimentos (SANTOS, 1993) nas adoções dos bairros do Centro e Agrônômica são apresentados na última seção do capítulo.

2.1. O papel da FloripAmanhã na produção do espaço público na cidade

A partir da década de 1980, com o processo da Constituinte, há o crescimento das forças populares no Brasil. Mas também, o surgimento de um conjunto diverso e múltiplo de organizações burguesas, que passam a atuar diretamente na promoção e no financiamento de campanhas políticas, na ação doutrinária de difusão de valores e no desenvolvimento de políticas públicas no interior do Estado. Para Casimiro (2016)¹⁰, esse é o momento em que a classe dominante percebe que deve transcender a violência repressiva e buscar a criação de consensos sociais. Para o autor, “[a] burguesia brasileira foi obrigada a aprender e se organizar com os procedimentos propriamente

¹⁰Casimiro (2016) analisa a atuação da chamada “Nova Direita no Brasil” em 24 associações burguesas formadas desde 1980, como o Instituto Liberal (1983), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (1985), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (1995), o Instituto Ethos (1998) e o Instituto Millenium (2005).

hegemônicos” (p. 403). Com a consolidação desses aparelhos privados de hegemonia¹¹, o Estado amplia-se, na medida em que os projetos das organizações burguesas são universalizados no interior da estrutura estatal restrita, configurando-se como supostos representantes de toda a sociedade, embora, na realidade, representam exclusivamente a classe dominante (CASIMIRO, 2016, p. 404).

“Desenvolvem desde propostas de políticas públicas pautadas em reformas e privatizações da estrutura estatal, como também privatizam as próprias formas de gestão do Estado e suas funções sociais, como mecanismo de controle dos fundos públicos. Ou seja, criam as próprias regras do jogo que estão jogando.” (CASIMIRO, 2016, p. 407)

Grande parte das associações empresariais funcionam como empresas, com funcionários próprios e recursos à disposição, o que facilita a articulação de pautas e quadros políticos no interior do Estado, ou ainda, de “ditar as regras do jogo”. Mesmo “sem fins-lucrativos”, muitas organizações burguesas têm “fins engordativos” (FONTES, 2020, p. 32), ao auferir lucros que são acumulados ou distribuídos ao seu quadro de funcionários, além de receber privilégios fiscais. Por outro lado, a despeito do alto poder de associação da classe trabalhadora, essas estão sujeitas a limitação de recursos e a repressão de diversas ordens¹². O que existe, portanto, é uma *ampliação seletiva* do Estado brasileiro, que impede a universalização de projetos e pautas da classe trabalhadora. De qualquer modo, a sociedade civil não deve ser entendida nem como espaço de dominação direta, em detrimento da “esfera pública”, nem como um ente acima das relações de classe e com o Estado, mas como o mais importante terreno da luta de classes no capitalismo contemporâneo (FONTES, 2020).

¹¹Conceito gramsciano a respeito das constituições de classe: “(...) numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo — natural e contratual ou voluntário —, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o *aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população* (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo” (Gramsci apud HOEVELER, 2020, p. 145)

¹²Segundo Fontes (2020, p. 24), “praticamente todas as vezes que os setores populares conseguiram controlar direta ou indiretamente recursos coletivos, estes foram convertidos em fundos públicos. Muitos destes fundos públicos, que expressavam direitos sociais, foram posteriormente convertidos em capital, reduzindo-se os direitos a eles associados”.

Nas décadas de 1990 e 2000, Florianópolis é palco de crescente envolvimento dos movimentos sociais na questão urbana¹³. Houve também, concomitantemente, crescente atuação de aparelhos privados de hegemonia empresariais nos debates sobre a cidade. É a esse segundo grupo que se filia a Associação FloripAmanhã, organização empresarial local voltada ao “planejamento estratégico da cidade”, fundada em 2005. Desde então, a Associação tem a capacidade de reunir e articular interesses de diversos setores¹⁴, “reunindo diversos atores sociais como Estado, entidades de representação da sociedade civil e empresários — como por exemplo, a CODESC/GESC, a Fundação CERTI e o setor empresarial tecnológico, da construção civil e do turismo” (BERTOLI, 2017, p. 114). Seus principais eixos de atuação são: planejamento urbano, meio ambiente, revitalização de espaços públicos, cidade criativa, governança, cultura e tradição (FLORIPAMANHÃ, 2015).

Em seus 18 anos de existência, a FloripAmanhã trabalha em consolidar sua capacidade de deliberação e articulação no interior do Estado. Além do apoio das sucessivas gestões da Prefeitura Municipal, a Associação conquistou cadeiras em conselhos estaduais e municipais e a nomeação de integrantes em cargos da Prefeitura. Podemos citar, como exemplo, a nomeação de Elizenia Prado Becker, ex-presidente da FloripAmanhã, como Coordenadora de Projetos Especiais e Relação com a Sociedade Civil da PMF em 2022. Assim, apesar de se apresentar como organização extra-estatal e criticar o Estado, a FloripAmanhã tornou-se, tal qual outras organizações burguesas, “visceralmente intrincada ao mesmo” (CASIMIRO, 2016, p. 407).

Ao mesmo tempo, a Associação FloripAmanhã atua fora do aparelho estatal em projetos, espaços de debate e campanhas próprias. Nesses espaços, apesar de ser uma organização não-estatal,

¹³Em 1995, uma proposta de instalação de um Parque Tecnológico na Planície do Campeche elaborada pelo IPUF é retirada da Câmara de Vereadores devido à pressão popular (RIZZO, 2013). O plano de criar uma cidade-nova com cerca de 450 mil habitantes em um bairro de uma cidade que tinha, naquele momento, uma população total de 270 mil habitantes, desencadeou a formação do Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV), em 1997. As preocupações do MCQV estavam relacionadas ao crescimento desordenado da cidade, à ausência de estudos sobre a preservação ambiental e do patrimônio histórico, à ausência de espaços públicos de lazer e à expulsão de moradores mais pobres por conta do provável aumento do preço dos imóveis. Com a tentativa de fragmentação do plano e das pautas do MCQV pela PMF, a associação realizou oficinas comunitárias de planejamento urbano e apresentou um Plano Comunitário para a Planície do Campeche em 2000.

¹⁴Algumas das pessoas jurídicas associadas à FloripAmanhã: Associação das Empresas de Transporte de Passageiros, Beiramar Shopping, CDI – Comitê para Democratização da Informática, Consórcio Fênix, Costão do Santinho Turismo e Lazer LTDA, Empreendimentos Imobiliários Zita Ltda, Eugenio Raulino Koerich S.A Com. e Ind., Habitusul Empreendimentos Imobiliários, Hospital Baía Sul S.A, SINEPE/SC – Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina e WOA Empreendimentos Imobiliários Ltda.

“é visível o seu desejo de atuar em espaços tipicamente governamentais a exemplo do planejamento e da segurança dentre outros” (BOPPRÉ, 2022, p.141).

“[...] a criação e participação de ‘espaços’ privilegiados de diálogo entre o setor empresarial e setor público. Trata-se dos fóruns, conselhos e comitês criados por entidades empresariais ou pela própria Floripamanhã em que participam das reuniões secretários, técnicos e políticos da cidade de Florianópolis e região metropolitana, sem a presença de demais atores sociais que possam provocar ‘ruídos’ às demandas empresariais.” (BERTOLI, 2017, p. 210)

A capacidade de articulação da Associação FloripAmanhã se manifesta em uma de suas primeiras atividades, a campanha *Viva Bem Floripa*¹⁵. Em 2006, a campanha relançou três antigos projetos da Prefeitura Municipal: *Adote Uma Praça*, *Plante Uma Árvore* e *Embeleze Sua Escola*. Os projetos têm como base comum a intervenção direta dos empresários nos espaços públicos da cidade: adotando praças e canteiros, plantando árvores e reformando escolas. A campanha *Viva Bem Floripa* atua para “conquistar padrinhos” (FLORIPAMANHÃ..., 2007) e dar visibilidade aos projetos. Já no lançamento da campanha, foram firmados 35 termos de adoção de praças e ruas públicas. Em 2015, nove anos depois, metade dos espaços públicos da cidade já estavam adotados.

“[...] o exercício da cidadania — hábitos capazes de mudar positivamente o cotidiano de Florianópolis — é estimulado através de comerciais de TV, spots de rádio e estampado em banners e anúncios na mídia impressa. ‘Queremos incentivar a prática de uma nova atitude, na qual cada pessoa contribui com a qualidade de vida. Somos todos atores sociais responsáveis pelo futuro da Cidade’, explica a presidente do Movimento FloripAmanhã, Anita Pires.” (CAMPANHA..., 2006)

Como desenvolvimento desse passo inicial, em 2017, a Associação FloripAmanhã funda o Grupo de Trabalho de Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente (GT Revit), um “espaço privilegiado” de debate, sobretudo, acerca das ações do *Adote Uma Praça*. O objetivo do GT Revit é “propor e coordenar, por meio de serviço voluntário, a execução de ações planejadas para revitalização e manutenção de espaços públicos no município” (ESPAÇOS..., 2017). Sob coordenação de Salomão Mattos Sobrinho, atual vice-presidente da associação, o GT Revit reúne desde sua fundação técnicos das Secretarias Municipais de Transportes e Infraestrutura (SMTI), Meio Ambiente (SMMA), Planejamento e Inteligência Urbana (SMPIU), Mobilidade e

¹⁵A campanha foi desenvolvida voluntariamente pela Agência Propague, mesma empresa que financiou o projeto do Museu de Arte Digital e Inovação (MADI) em 2022.

Desenvolvimento Urbano (SMDU), Continente e Assuntos Metropolitanos (SMC), Segurança Pública (SMSP) e a Procuradoria Geral do Município. Em suas reuniões mensais, o GT mobiliza diferentes órgãos da PMF e representantes da sociedade civil, a depender da necessidade dos projetos em andamento.

“A criação de um Grupo de Trabalho com integrantes de diferentes secretarias e órgãos municipais envolvidos no programa *Adote uma Praça* é a alternativa encontrada pela Prefeitura de Florianópolis e Associação FloripAmanhã para desburocratizar e ter mais agilidade nos trâmites dentro da prefeitura para adoção e revitalização de espaços públicos.” (PROJETO..., 2017)

Simultaneamente, em 2019, a Prefeitura de Gean Loureiro (UNIÃO) iniciou dois projetos referentes aos espaços públicos de Florianópolis: *Rede de Espaços Públicos (REP)* e *Praça Viva* (uma versão atualizada do *Viva a Praça*, da Prefeitura do César Souza Júnior); ambos continuados por seu sucessor, Topázio Neto (PSD). O objetivo principal da REP¹⁶ é consolidar um órgão colegiado sobre o espaço público da cidade, reunindo todas as Secretarias Municipais¹⁷ envolvidas. Similar às atribuições formuladas para o GT Revit pela Associação FloripAmanhã, a REP é responsável por monitorar os processos de adoção dos espaços públicos, definir diretrizes de intervenção no espaço e integrar comissões, secretarias, órgãos e sociedade civil.

Uma das principais demandas apresentadas à PMF pela FloripAmanhã na formação do GT Revit é o cadastro de todos os espaços públicos de Florianópolis. Até então, como também apresenta Vaz (2016), não existia um mapeamento das praças públicas na cidade. O projeto *Praça Viva*, uma das ações da REP, foi responsável por mapear as 223 praças do município e definir a reforma de 180 espaços com investimento público¹⁸. Torna-se evidente, portanto, a repercussão das ações e propostas da FloripAmanhã na gestão municipal dos espaços públicos.

A centralidade que a Associação FloripAmanhã construiu na promoção do programa *Adote Uma Praça* desmancha as fronteiras entre a organização e as atribuições do Estado. Primeiramente,

¹⁶Em 2020, quando formalizada pelo Decreto Municipal 21.909/2020, a REP era coordenada pelo IPUF; em 2023 a coordenação da REP passou para a Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana (SMPIU).

¹⁷Secretaria Municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano; Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos; Secretaria Municipal de Infraestrutura; Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude.

¹⁸Segundo a PMF (2019): “Serão contemplados 51 locais da região central, ao valor de R\$ 5,5 milhões; 40 no Continente, R\$ 2,5 milhões; 37 no Norte, R\$ 3,9 milhões; 31 no Sul, R\$ 3,1 milhões, e 19 no Leste, R\$ 2,3 milhões.”

a data de lançamento oficial do *Adote Uma Praça* foi popularizada em 2007, coincidindo com a iniciativa de *rebranding* liderada pela FloripAmanhã. Em segundo lugar, a Associação se estabeleceu como o canal de comunicação primário para a manifestação de interesse por parte dos adotantes. Em terceiro lugar, assumiu a responsabilidade de determinar as áreas prioritárias para adoção e integrar Secretarias Municipais no GT Revit, uma função própria do planejamento urbano. E, por fim, representantes da FloripAmanhã assinam como quarta parte os Termos de Cooperação entre os envolvidos: a PMF, a FLORAM e o adotante.

2.2. A configuração legal do *Adote Uma Praça*

A Associação FloripAmanhã buscou formalizar a parceria com a Prefeitura Municipal no programa *Adote Uma Praça* e instituir o GT Revit através do Decreto Municipal 17.584/2017. Entretanto, esse nunca foi publicado. De acordo com notícia da Associação (FLORIPAMANHÃ..., 2017), o Decreto foi assinado em 2017 pelo então prefeito Gean Loureiro (UNIÃO) em cerimônia conjunta com as Secretarias envolvidas. Na ocasião, o coordenador do GT de Revit, Salomão Mattos Sobrinho, afirmou que a PMF “sempre era *convidada* e participava do programa *Adote Uma Praça*, principalmente através da FLORAM, mas agora pela primeira vez o programa está institucionalizado no poder público municipal” (FLORIPAMANHÃ..., 2017, grifo nosso). Como veremos a seguir, a FloripAmanhã não está presente no arcabouço normativo do *Adote Uma Praça*, embora, na prática, seja uma das partes que assina os Termos de Cooperação e realize outras funções atribuídas aos órgãos da PMF.

Apesar das diversas regulamentações da legislação municipal desde 1987, a estrutura contratual do programa *Adote Uma Praça*, envolvendo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e os adotantes privados, permanece substancialmente a mesma. O primeiro passo para o processo de concessão de espaço ocorre por meio da manifestação de interesse do adotante ou por indicação da PMF, resultante de instrumentos urbanísticos como medidas compensatórias (vide capítulo três). Conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 21.909/20, o mais recente regulamento que normatiza a Lei Municipal nº 2.668/87, os espaços livres públicos podem ser objeto das seguintes formas de intervenção:

“I - Adoção simples de espaço público: comprometendo-se o requerente à integral manutenção da área e de seus equipamentos, inclusive com fornecimento da necessária mão-de-obra;

II - Projeto e implantação de um novo espaço público ou requalificação de espaço público existente com adoção: comprometendo-se o requerente à integral responsabilidade de projeto, execução e futura manutenção da área e de seus equipamentos, inclusive com o fornecimento da necessária mão-de-obra;

III - Projeto e implantação de um novo espaço público ou requalificação de espaço público existente sem adoção: comprometendo-se o requerente à integral responsabilidade de projeto, execução da área e de seus equipamentos, inclusive com o fornecimento da necessária mão-de-obra, omitindo-se da manutenção; e

IV - Projeto de espaço público: comprometendo-se o requerente à integral elaboração do projeto da área e de seus equipamentos, inclusive com fornecimento de levantamentos e da necessária mão-de-obra, sem compromisso de execução e manutenção.” (FLORIANÓPOLIS, 2020)

Dessa forma, observamos que a adoção de espaços públicos pode compreender três etapas: o projeto arquitetônico e paisagístico, a execução da obra e a manutenção subsequente. Por exemplo, o Beira-Mar Shopping encomendou o projeto da Praça Forte São Luís para o escritório JA8 Arquitetura Viva (opção IV de adoção), enquanto a Habitasul se responsabilizou pela obra e manutenção do espaço (opção II, sem o projeto). No caso da reforma do Largo da Alfândega, a Prefeitura Municipal executou o projeto e a obra, sendo a manutenção posteriormente atribuída ao Fort Atacadista (opção I de adoção).

Como compensação às intervenções realizadas, é concedida ao adotante a permissão para instalação de placas de comunicação visual na área de intervenção, contendo sua marca ou o nome. Essas placas devem seguir um modelo padronizado de acordo com o Manual para Confecção de Placas da *Rede de Espaços Públicos*, órgão da Prefeitura Municipal. Além disso, tanto o formato quanto a localização das placas devem obedecer às diretrizes previamente aprovadas pela Comissão Técnica Gestora da Rede de Espaços Públicos (REP).

A principal transformação nos cinco decretos que regem o programa *Adote Uma Praça* e regulamentam a lei municipal nº 2.668/87 está relacionada ao órgão responsável pela gestão das adoções. Em 1988, a responsabilidade recai sobre a PMF e a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos; em 1997, sobre a PMF e a FLORAM; em 2013, sobre a PMF, a Secretaria responsável

pela área a ser adotada e a FLORAM; e, em 2020, sobre a Rede de Espaços Públicos, coordenada pelo IPUF. Atualmente, a coordenação está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana (SMPIU), que agora submete o IPUF e suas funções. Isso ocorreu devido à Lei Complementar nº 736/23, que integra o projeto de contrarreforma administrativa de Topázio Neto (PSD); para Peres et al. (2023, p. 1157), ela resultou em "técnicos de carreira [do IPUF e da FLORAM sendo] transferidos para outros setores sem atribuição específica", entre outras medidas que prejudicaram a capacidade de gestão pública em benefício da lógica de empresariamento.

2.3. A seletividade espacial de investimentos nos espaços públicos

Tendo em vista que os espaços públicos onde serão alocados os investimentos privados do *Adote Uma Praça* são decididos, na maior parte, pelos adotantes, verifica-se uma distribuição desigual desses recursos no espaço urbano. A tendência das adotantes, influenciadas pela proximidade com os seus empreendimentos, é investir em áreas privilegiadas e já dotadas de estrutura pública voltada ao lazer. Para contrabalançar essa seletividade espacial de investimentos¹⁹ (SANTOS, 1993), os dois projetos da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) para reformas e construção de praças, *Viva Praça* (2013) e *Praça Viva* (2019)²⁰ visavam a mobilização de recursos públicos em áreas de baixa renda. No mapa "Praça Viva – Reformas" (PMF, 2019), elaborado pela Rede de Espaços Públicos (REP) em 2019, destaca-se a variável "adotada" como um dos critérios orientadores na determinação das prioridades do programa público.

“Os adotantes [do programa *Adote Uma Praça*] serão selecionados de acordo com o melhor projeto e investimento, em processo a ser realizado pela Floram. O Projeto *Viva a Praça* também visa a valorizar a arte pública e a alavancar praças em loteamentos populares, nesse caso com recursos governamentais.” (PMF..., 2013)

¹⁹Para Santos (1993, p.96, grifo nosso): “Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma *seletivamente* os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. E assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados.”

²⁰*Viva Praça* (2013) foi elaborado na Prefeitura de César Souza Júnior (PSD), orientado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). *Praça Viva* (2019) é um projeto da Prefeitura de Gean Loureiro (UNIÃO), que será continuado por seu sucessor Topázio Neto (PSD).

A seletividade espacial dos investimentos do *Adote Uma Praça* foi identificada ao analisarmos a distribuição geográfica das adoções em Florianópolis, com base nos dados disponibilizados pela FLORAM na tabela "Relação de áreas adotadas". Foi necessário espacializar os dados das adoções diante da ausência de mapas ou planos do *Adote Uma Praça* na promoção do programa pela Prefeitura Municipal e a Associação FloripAmanhã²¹. Vaz (2016, p. 143) já apresentava, em parte, essa consideração, ao avaliar a adoção de praças como uma "ação pertinente", "embora os projetos e campanhas não evidenciem as prioridades das áreas a serem adotadas, sobretudo não faz distinção entre os setores da cidade". É apenas em 2019, com o desenvolvimento do mapa do programa *Praça Viva*, que a adoção de praças é especializada pela PMF, mas ainda sem a possibilidade de compreensão do todo, por não ser esse o foco principal do mapeamento.

A promoção do *Adote Uma Praça* não acontece, portanto, através de mapas ou planos de investimento, mas, em primeiro lugar, por meio de quantitativos gerais, com declarações como: "dos cerca de 208 espaços públicos existentes em Florianópolis, 100 foram adotados através do "Adote uma Praça", representando economia para o poder público e benefícios para a população" (ADOTE..., 2012). Em segundo lugar, a divulgação do *Adote Uma Praça* destaca alguns "casos de sucesso". Das mais de 200 concessões na cidade, a cobertura midiática noticiou a adoção de apenas 20 espaços públicos, 78% deles localizados no Centro. No Centro e Agronômica, das 41 notícias do Clipping da FloripAmanhã sobre o *Adote Uma Praça* desde 2006, 12 são referentes à Praça Forte São Luís, 10 sobre a Praça Getúlio Vargas e 8 sobre a Praça Monte Serrat. O que resulta em 73% das notícias sobre as adoções dessas três praças no Centro e Agronômica.

Podemos indagar se a ausência de planos na representação do programa *Adote Uma Praça* é fruto da inexistência de um projeto global ou é estratégica em retratar as concessões de forma fragmentária. Em ambos os casos, as imagens têm o papel de promover determinados espaços, sem o compromisso de representar um projeto global. Tal seletividade pode estar vinculada às representações parciais do projeto, que evidenciam notícias e imagens de certos "casos de sucesso", mas ocultam o conjunto das ações do programa.

²¹Resultado com base na análise de cerca de trezentas notícias veiculadas pela Associação FloripAmanhã e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis com o termo "Praça" entre 2006 e agosto de 2023.

O primeiro encobrimento revelado por meio da análise dos dados²² do *Adote Uma Praça* está no slogan do projeto, que poderia ser *Adote Um Canteiro*. A promoção das reformas é focalizada nos espaços de lazer, tendo o programa o “propósito de resgatar o espaço público como área de lazer, com segurança, revitalizada e que promova qualidade de vida para nossos moradores” (FLORIPAMANHÃ..., 2012). No entanto, dos 249 espaços adotados na cidade de Florianópolis, apenas 65 são praças e 23 são Áreas Verdes de Lazer (AVL). Do restante, 141 são Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV) e 40 são Áreas Verdes (AV); ou seja, 65% dos espaços adotados são canteiros, rótulas e afins. Embora essa conclusão seja simples e quantitativa, só foi possível perceber tal resultado do programa por meio da análise dos dados, não disponível de forma conclusiva nos meios de comunicação dos agentes envolvidos.

O segundo encobrimento revelado, pela espacialização dos dados de adoção na cidade, foi a seletividade dos investimentos privados nos espaços públicos de Florianópolis. Essa seletividade se apresenta de três formas complementares: (1) na assimetria de espaços adotados entre os diferentes bairros da cidade, (2) na desigualdade da distribuição geográfica de recursos nas diferentes áreas dos bairros do Centro e Agrônômica e (3) na vinculação das adoções com empreendimentos privados dos adotantes.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, existe uma disparidade expressiva nas adoções dos espaços públicos em diferentes regiões de Florianópolis (Mapa 1). Enquanto regiões e bairros com predileção histórica de implantação de empresas e empreendimentos, como a área Central e o Norte da Ilha (RIZZO, 2013), receberam investimentos privados em reformas de áreas públicas, outros bairros permanecem dependentes dos reduzidos investimentos públicos. Assim, mais um dado simplório, a localização global dos investimentos na cidade, revela-se central nas questões do *Adote Uma Praça*. Enquanto cinco bairros centralizam mais de 50% das adoções (Centro, Ingleses, Jurerê, Canasvieiras e Itacorubi), em oito bairros nenhuma área pública foi adotada (Monte Verde, Ratoles, Sambaqui, Santo Antônio de Lisboa, Vargem Grande, Vargem Pequena, Coloninha e Monte Cristo).

Os bairros do Centro e Agrônômica, recorte espacial desta pesquisa, têm cerca de 20% dos espaços adotados e 32% das praças adotadas em Florianópolis. Entretanto, as adoções de espaços de

²²Neste caso, nos referimos ao tratamento e análise da Tabela “Relação de Áreas Adotadas”, alimentada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e disponibilizada após pedido via e-mail desta pesquisa.

Áreas Verdes de Lazer (AVL) nesses bairros se concentram nas áreas onde a Renda Média dos Responsáveis por Domicílio é acima de 10 salários mínimos (70%), com algumas adoções onde a renda é entre 4 e 9 salários mínimos (24%) e apenas 1 adoção, a Praça Monte Serrat, onde a renda é inferior a 3 salários mínimos (6%) (Mapa 2). Apesar das áreas de menor renda apresentarem, também, menor densidade (Mapa 3) do que partes do Centro com renda média elevada, pela falta de verticalização, não é um contraste nas proporções das desigualdades de investimento.

Assim, o *Adote Uma Praça* no Centro e Agronômica está concentrado na parte “plana e visível” da cidade, na parte leste da Avenida Mauro Ramos e Bocaiúva, o que está relacionado à renda média destes espaços. A modernização e os investimentos seletivos na área central da cidade já foram tratados em muitos trabalhos, não sendo uma novidade (SUGAI, 2015; VAZ, 2016). Nos deparamos, entretanto, com um desinvestimento histórico em áreas de renda baixa, onde o *Adote Uma Praça* intensifica tais desigualdades.

Em contrapartida, como apresenta o Mapa 2, dos 10 espaços revitalizados pelo programa *Praça Viva* nos bairros do Centro e Agronômica desde 2019, três (30%) são em regiões de Renda Média dos Responsáveis por Domicílio inferior a três salários mínimos: Praça Morro do Horácio, Campo de futebol na Agronômica e a Arena de esportes Prainha. Percebe-se, dessa forma, que a PMF também aplica os recursos de forma seletiva e, mesmo nos investimentos próximos à comunidades pobres, como é o caso da Prainha, a localização do espaço de lazer é na parte “visível” e plana da cidade, no Aterro da Baía Sul, e não no morro.

Neste capítulo, apresentamos a participação da PMF e da Associação FloripAmanhã na produção contemporânea do espaço público na cidade, em especial no programa *Adote Uma Praça*. Percebemos que existe uma importância emergente da FloripAmanhã no planejamento dos espaços públicos: em formular políticas públicas, em articular as concessões com as adotantes e em definir diretrizes das intervenções públicas e privadas. Apesar da centralidade da FloripAmanhã, a legislação municipal não prevê sua participação no *Adote Uma Praça*, e confere aos órgãos da PMF atividades que são realizadas pela Associação. Por fim, ao mapearmos as intervenções em espaços públicos, percebemos que existe uma seletividade espacial dos investimentos, o que é acompanhado pela promoção do programa por meio de quantitativos de adoções e notícias de poucos “casos de sucesso”. No próximo capítulo, buscamos definir o “setor privado” que adota os espaços públicos, qual o seu papel na seletividade espacial dos recursos e suas relações com a FloripAmanhã.



Renda média dos
Responsáveis por Domicílio

10 a 36 SM



4 a 9 SM



0 a 3 SM



Estudo de caso



Espaços adotados



Espaços não adotados



Praça Viva



a. Praça Morro do Horácio

b. Campo de futebol

c. Arena de Esportes Prainha

Área Verde de Lazer



Baía



Logradouros



1. Praças no entorno do Simphonia WOA

2. Praça Governador Celso Ramos

3. Praça Lauro Muller

4. Praça dos Namorados

5. Praça Dom Pedro I

6. Largo Benjamin Constant

7. Praça Monte Serrat

8. Praça Getúlio Vargas

9. Largo do Fagundes

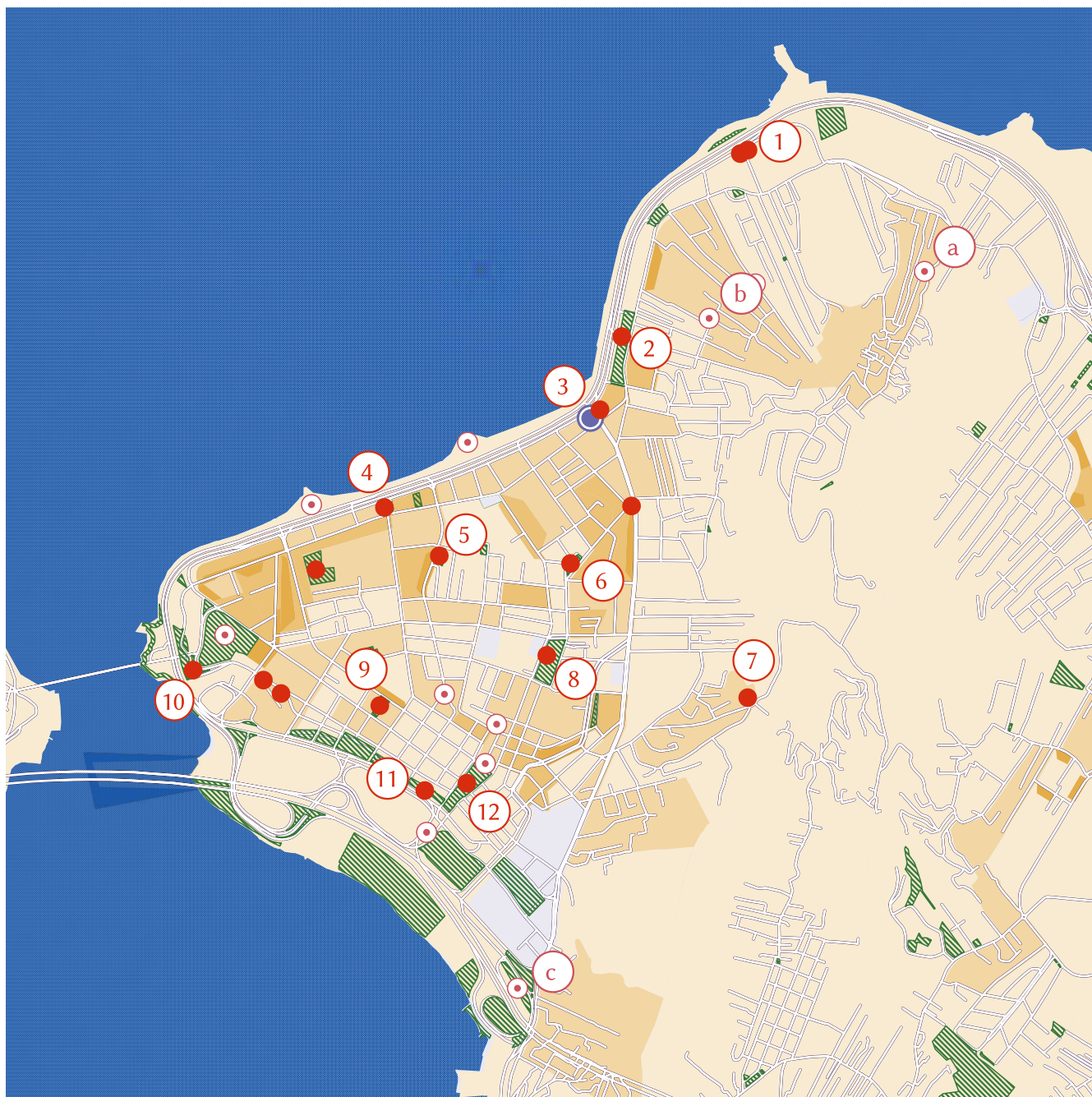
10. Praça Hercílio Luz

11. Largo da Alfândega

12. Praça XV de Novembro

ADOÇÕES E DENSIDADE

MAPA 3



Densidade (hab/hectare)

- 0 - 99
- 100 - 199
- 200 - 399
- Mais de 400

- Estudo de caso
- Espaços adotados
- Espaços não adotados
- Praça Viva

- a. Praça Morro do Horácio
- b. Campo de futebol
- c. Arena de Esportes Prainha

- Área Verde de Lazer
- Baía
- Logradouros

1. Praças no entorno do Simphonia WOA
2. Praça Governador Celso Ramos
3. Praça Lauro Muller
4. Praça dos Namorados
5. Praça Dom Pedro I
6. Largo Benjamin Constant
7. Praça Monte Serrat
8. Praça Getúlio Vargas
9. Largo do Fagundes
10. Praça Hercílio Luz
11. Largo da Alfândega
12. Praça XV de Novembro

3. Estratégia e interesses das empresas adotantes

A contrapartida oficial aos adotantes do programa *Adote Uma Praça* é a colocação de placas autopromocionais nos espaços adotados, como apresentamos nos capítulos anteriores. Todavia, em parte das concessões, as placas são um elemento secundário e, por vezes, inexistentes. A proximidade das lojas e empreendimentos dos adotantes aos espaços adotados expôs outra serventia do programa: a valorização do entorno dos negócios por meio de investimentos próprios dos estabelecimentos no paisagismo das imediações. Nos bairros do Centro e Agronômica, essa estratégia é empregada pelos dois perfis predominantes das empresas adotantes: tanto por pequenos negócios do setor de serviços quanto por empreendimentos de alta renda desenvolvidos por incorporadoras. No contexto do setor imobiliário, outros benefícios associados são evidentes, os quais englobam a promoção de ações filantrópicas, o mascaramento de medidas compensatórias como iniciativas sociais e a vigilância de espaços públicos próximos aos empreendimentos.

3.1. Atividades diversas, metragem concentrada

Do total de 49 concessões do programa *Adote Uma Praça* no Centro e Agronômica, as atividades das empresas adotantes são variadas: 25 dessas adoções são de estabelecimentos do setor de serviços e 18 são oriundas do setor imobiliário, englobando corretoras, construtoras e incorporadoras. Além disso, há 3 espaços de responsabilidade de condomínios residenciais, 1 de pessoa física, 1 de uma associação religiosa e 1 de uma associação patronal. O setor de serviços se destaca pela sua diversidade, abrangendo hotéis, restaurantes, estacionamentos, escolas, bancos, escritórios e lojas. As empresas desse setor adotam apenas um espaço, com exceção do hotel Novotel na Avenida Beira-Mar Norte, que assumiu a responsabilidade por dois canteiros adjacentes ao empreendimento.

A gestão e manutenção de espaços públicos por estabelecimentos de serviços do entorno é uma prática anterior ao *rebranding* do programa *Adote Uma Praça* em 2007. É o caso de três praças centenárias no Centro: a Praça Lauro Muller adotada pelo Hotel Majestic, espaço que é recorrentemente confundido como ponto de acesso ao hotel e é vigiado pelo sistema de segurança privado (VAZ, 2016), a Praça Esteves Júnior, adotada pela Floricultura Bella Flor, e o Largo do

Fagundes (ou Praça Pio XII) adotado pelo Estacionamento Pio XII. Todavia, além de alguns outros casos recentes²³, a maior parte das adoções do setor de serviços nas últimas duas décadas são Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV), não grandes praças. Podemos citar, como exemplo, a adoção de canteiros pela Pizzaria Paparella em frente ao estabelecimento para a construção de bancos fixos (ou *parklets*), que, nos horários da pizzaria, servem como uma extensão do espaço de serviço.

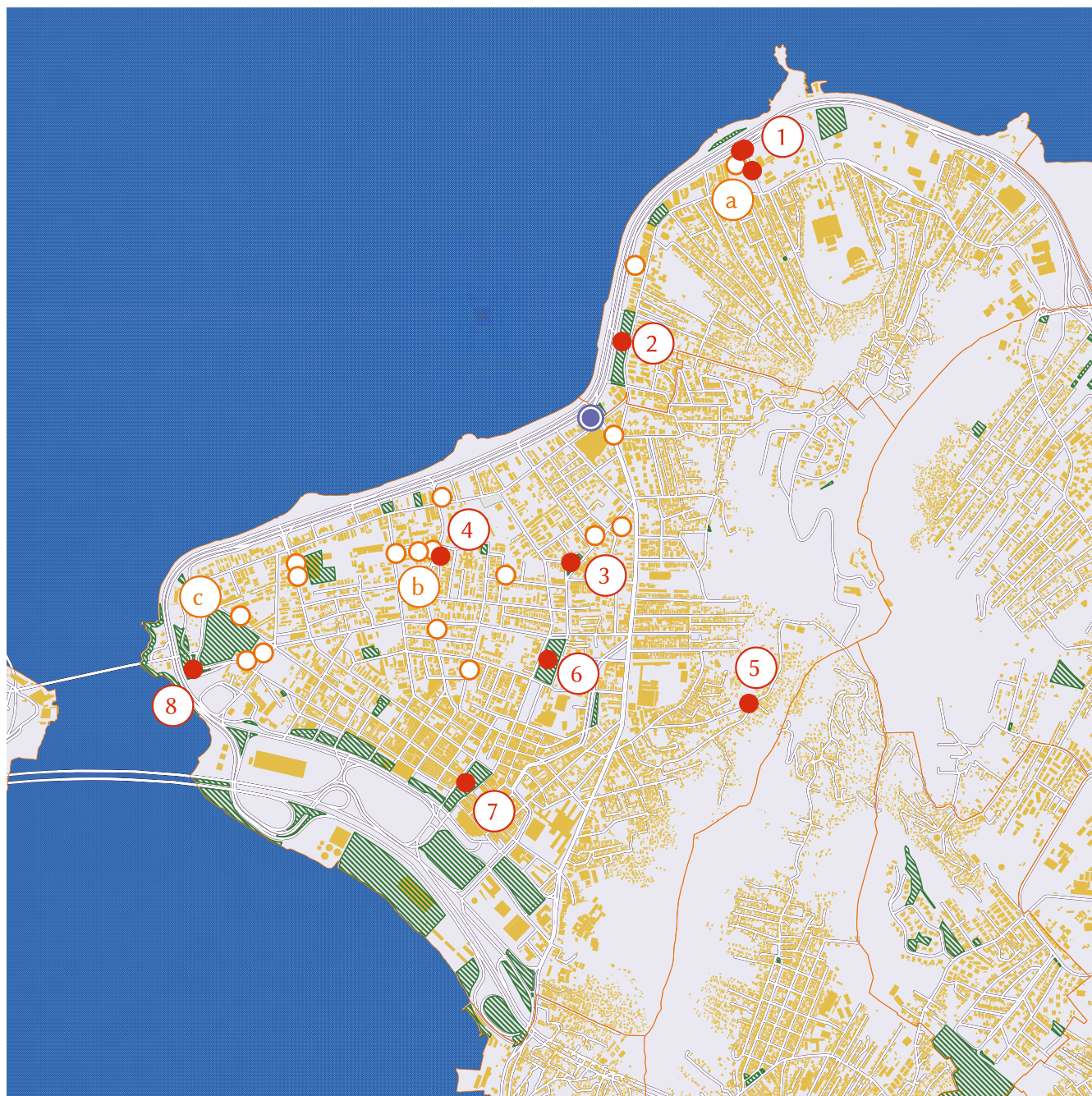
A adoção de praças públicas, ou Áreas Verdes de Lazer (AVL), é predominantemente conduzida pelo setor imobiliário. Das 17 praças adotadas no Centro e Agronômica, 9 são de responsabilidade do setor imobiliário, 7 do setor de serviços e 1 de pessoa física. Diferente da atuação do setor de serviços, a adoção pelo setor imobiliário é concentrada, com 7 das 9 adoções sendo responsabilidade de uma pessoa, Walter Silva Koerich. As outras duas praças adotadas pelo setor são a Praça Forte São Luís, adotada pela Habitasul Empreendimentos Imobiliários e a Praça Etelvina Luz (Banco Redondo), adotada pela Brognoli Imóveis.

Das dez empresas²⁴ do setor imobiliário participantes do Programa *Adote Uma Praça*, três são da família Koerich: a WOA Empreendimentos Imobiliários, a WOK Incorporadora e a Koerich Incorporação e Participação. Todas com a responsabilidade de Walter Silva Koerich nos processos de adoção, as incorporadoras gerenciam 37.358 metros quadrados de praças nos dois bairros. No pódio das adoções, em segundo lugar está a adoção da Praça XV de Novembro pela loja varejista Eugenio Raulino Koerich, com 6.655 metros quadrados. Toda área pública de responsabilidade da família Koerich está dividida em oito praças (Mapa 4), além do marco fundante da cidade (Praça XV): Praça Hercílio Luz (2020), Praça Governador Celso Ramos (2010), Praça Getúlio Vargas (2015), Praça do Rotary Clube (2010), Praça Dom Pedro I (2013), Praça Chico Mendes (2010), Largo Benjamin Constant (2016) e Praça Monte Serrat (2019)²⁵.

²³Outras adoções do setor de serviços: a Praça XV de Novembro pela loja varejista Eugenio Raulino Koerich em 2010; da Praça na Conselheiro Mafrá pela corretora de investimentos First S.A. em 2012; da Praça Gilberto Guerreiro da Fonseca pela clínica médica Serviços Integrados de Anestesiologia (Sianest) em 2010 e do Largo da Alfândega pelo Fort Atacadista em 2022.

²⁴Koerich Incorporação e Participação Ltda, WOA Empreendimentos imobiliários Ltda, WOK Incorporadora Ltda, Hoepcke Adm. Part. e Empreendimentos Ltda, Habitasul Empreendimentos Imobiliários, Brognoli Imóveis, Indústria e Comércio de Móveis Ltda, TR Assessoria e Participações Ltda, Solução Empreendimentos Ltda e ANF Incorporação e Participação.

²⁵ Podemos caracterizar a atuação da família Koerich em dois setores principais: o varejo e as atividades imobiliárias. A loja de móveis e eletrodomésticos Koerich foi fundada em 1955 por Eugênio Raulino Koerich e hoje é administrada por um dos seus filhos, Antônio. À frente do segmento da construção civil da família está o segundo filho de Eugênio, Walter Osli Koerich, e seu filho, Walter Silva “Waltinho” Koerich. O primeiro grande empreendimento da WKoerich Imóveis foi o primeiro shopping da capital, o Beira-Mar, em 1993. Em 2009, a WKoerich juntou-se às lojas Koerich e à



Praça Forte São Luís
Empreendimentos
Adoções
Área Verde de Lazer
Baía
Logradouros
Limite dos bairros
Edificações



1. Entorno do Simphonia WOA
2. Praça Gov. Celso Ramos
3. Largo Benjamin Constant
4. Praça Dom Pedro I
5. Praça Monte Serrat
6. Praça Getúlio Vargas
7. Praça XV de Novembro
8. Praça Hercílio Luz

- a. Simphonia WOA
b. WOK Residence e eStudio WOK
c. Residencial Parque da Luz

3.2. O ganha-ganha das incorporadoras imobiliárias

Nesta seção, pretendemos o desmanchar o vínculo entre “adoção” e “doação” nas ações das incorporadoras imobiliárias nos processos de concessão dos espaços públicos em Florianópolis. Como veremos, o programa *Adote Uma Praça* proporcionou um ganha-ganha para as incorporadoras, tendo em vista que essas podem (1) instalar placas de autopropaganda no espaço adotado, (2) ter sua imagem repercutida como empresas filantrópicas, (3) usar um recurso próprio que já seria destinado ao espaço público por conta de medidas compensatórias; não sendo, muitas vezes, uma “doação”, (4) valorizar o entorno dos empreendimentos e (5) vigiar o entorno dos empreendimentos. Não existe, portanto, uma “doação” na concessão de espaços públicos, mas a mobilização de recursos privados (ou públicos, no caso das medidas compensatórias) para fins privados.

3.2.1. Ação filantrópica

A adoção de praças é um elemento importante da “ação filantrópica” de empresários. O caso dos Koerich é emblemático. Não só cumprem o papel de transformar e valorizar a paisagem e a vida dos arredores dos maiores empreendimentos das incorporadoras da família Koerich, algumas das reformas de espaços e equipamentos públicos realizadas pelas empresas da Koerich cumprem o papel de autopromoção da família, de tal modo que essa é reconhecida por seus “projetos sociais” e por possuir um “DNA de boas ações” (ENTREVISTA..., 2016).

A adoção de praças se tornou uma marca da WKoerich Imóveis com o projeto *Boa Praça*, lançado em 2012 e parte do projeto *Mundo Melhor*. Hoje, são mais de 30 espaços reformados e mantidos pela empresa na Grande Florianópolis. Da mesma forma, a “revitalização de praças e

Zita Empreendimentos para fundar uma empresa especializada em imóveis de alto padrão: a incorporadora WOA (sigla que homenageia Walter, Orlando e Antônio, os três filhos de Eugênio). Por fim, a quarta empresa da família Koerich vinculada ao Adote Uma Praça é a incorporadora WOK (Walter Osli Koerich), responsável por um dos empreendimentos mais luxuosos da WKoerich: o WOK Center, localizado na Avenida Gama Deça, no centro de Florianópolis.

ruas” (SOBRE..., s.d.) é propaganda da incorporadora WOA como gesto de “responsabilidade social” (SOBRE..., s.d.) da empresa²⁶, adotante de sete espaços na cidade.

“Para nós da WKoerich, não basta entregarmos empreendimentos de alto padrão: **é preciso também valorizar a vida como um todo.** (...) O amor pela cidade está no DNA do casal Walter Osli Koerich e Linda Koerich, fundadores da empresa. São anos de dedicação a projetos sociais, contribuindo para a **humanização de espaços degradados** nos municípios de São José e Florianópolis. Uma trajetória que cuida, abraça, protege e deixa ainda mais bela a região.” (PROJETO..., 2020, grifos nossos)

São recorrentes os depoimentos e as notícias que vangloriam as atividades sociais da família Koerich, como o apresentado acima. Para Fontes (2018), é preciso investigar os “surto de altruísmo” da burguesia para além de suas aparências. Em primeiro lugar, no avanço das empresas e aparelhos privados sobre as ações do Estado, oculta-se a vinculação das ações filantrópicas com os recursos públicos e as instâncias de poder. Sob o manto da neutralidade dos doadores, a filantropia esconde os recorrentes interesses privados dos empresários. Interesses, esses, que passam tanto pela captura efetiva de recursos públicos para fins privados quanto por reafirmar a ordem dominante e a legitimidade das posições de poder existentes.

O senso comum absorve contraditoriamente tais práticas, pois elas sugerem que o excedente da riqueza dos excessivamente ricos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos muito pobres ou para contribuir com a “coletividade” ou o “bem comum”. Em outros termos, a filantropia é um atributo de ricos que procuram justificar seu excesso de riqueza e legitimá-la. (FONTES, 2018, p. 16)

As formas de legitimação da riqueza passam por retribuir aos doadores com ações que aumentem o seu prestígio social. A Associação FloripAmanhã, com a ampla difusão do Programa *Adote Uma Praça*, atua com esse fim, ao distribuir homenagens, prêmios, cargos de poder e a disseminação das ações filantrópicas. Dois empresários da família, Ronaldo e Orlando Koerich, compõem o Conselho Consultivo da Associação FloripAmanhã; a incorporadora WOA, o Beira-Mar Shopping, as Lojas Koerich e o Walter Osli Koerich são entes associados. São recorrentes, ainda, as homenagens da FloripAmanhã aos Koerich: em 2015, a família foi uma das nove personalidades de destaque homenageadas na Assembleia Legislativa (ALESC) nos dez anos da

²⁶Como ações de “responsabilidade social”, a WOA também atua no patrocínio do time Avaí Futebol Clube e da Camerata, realizou a reforma da Escola Padre Anchieta, nas imediações do empreendimento Simphonia WOA Beira-Mar, entre outras atividades.

FloripAmanhã, como “grupo empresarial que acredita na cooperação público-privada para a revitalização e manutenção de espaços urbanos” (PERSONALIDADES ..., 2015). Da mesma forma, em 2022, o empresário Walter Silva Koerich recebeu homenagem durante o Fórum de Gestão de Espaços Públicos, organizado pela Associação, “por ser o maior e principal adotante de espaços públicos da cidade” (HOMENAGEM..., 2022).

3.2.2. Instrumentos da política urbana

Em determinadas concessões do programa *Adote Uma Praça*, o processo entre o setor público e a empresa adotante acontece por meio de instrumentos da política urbana, não pela *iniciativa* privada. Esses instrumentos podem ser incentivos urbanísticos (como a política de Arte Pública), medidas compensatórias (como o Termo de Compromisso de Mitigação e Compensação de Impacto de Vizinhança [TCMC]) ou cobranças públicas pelo descumprimento de leis por parte das empresas privadas (como o Termo de Ajustamento de Conduta [TAC]). Contudo, é importante destacar que, na divulgação das adoções de espaços públicos, esses processos não são devidamente noticiados, e a concepção de “doação” frequentemente obscurece os benefícios concedidos às empresas privadas. Para conduzir esta pesquisa, tornou-se necessário estabelecer contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis a fim de obter acesso a casos específicos nos quais esses instrumentos urbanísticos foram empregados.

O primeiro caso são os incentivos urbanísticos. Os incentivos urbanísticos referem-se a estratégias e práticas adotadas pela Prefeitura Municipal para promover determinados comportamentos desejados no desenvolvimento urbano. No caso da Política Municipal da Arte Pública, empreendimentos que realizam projetos de arte pública (em espaços públicos ou privados, mas com visibilidade pública) poderão ter acréscimo de dois por cento na taxa de ocupação e acréscimo do coeficiente de aproveitamento máximo. Esse é o caso do Largo Benjamin Constant²⁷,

²⁷De acordo com o Processo E 49449/2016, a ação no Largo envolvia a “Revitalização Ambiental e Cultural das duas praças do Largo Benjamin Constant com previsão de levantamento e catalogação do desenho do piso em petit-pavê do artista plástico Hassis nas duas áreas do Largo Benjamin Constant; Recuperação da pavimentação em petit-pavê com nivelamento do piso, reposição de peças e limpeza geral; Ambientação paisagística da área incluindo limpeza, poda, cortes e plantio, devidamente autorizados pela FLORAM; Limpeza, substituição dos bancos e lixeiras existentes; e Pesquisa histórica sobre os antecedentes do Largo Benjamin Constant (“Praça do Quiosque”, “Praça do Avião” etc) fazendo alusão ao conteúdo em placa informativa situada em local de visibilidade.”

adotado pela WOK Incorporadora, que se beneficiou de um acréscimo construtivo de 297,5 m² no empreendimento WOK Center pela reforma da praça. É, também, o caso da Praça Getúlio Vargas²⁸, adotada pela WOA Empreendimentos Imobiliários, que se beneficiou com acréscimo construtivo de 769,99 m² aos empreendimentos Jazz Club, Opera House e Sonata Place, edifícios que compõem o Simphonia WOA.

Um segundo caso é o Termo de Compromisso de Mitigação e Compensação de Impacto de Vizinhança (TCMC), que resulta da realização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). As medidas compensatórias ações ou contrapartidas que são exigidas de empreendedores, construtores e incorporadores como parte do processo de aprovação de projetos urbanos. Essas medidas têm como objetivo compensar ou mitigar os impactos negativos que um empreendimento pode ter no ambiente urbano ou na comunidade local. Esses impactos podem incluir aumento da densidade populacional, alterações no tráfego, demanda por serviços públicos, impactos ambientais, entre outros. Para esta pesquisa, a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizou informações referentes aos TCMCs firmados desde 2017 na cidade. Um destaque relevante nesse contexto são as três praças revitalizadas pela WKOerich no bairro Estreito: Praça Arlindo Francisco Phillipi e Praça Marcílio Dias (agora conhecida como Parque Costa Azul), originadas do EIV da Residencial Costa Azul na incorporadora; além da Praça Nossa Senhora de Fátima, proveniente do EIV do Atlantique Residence. Importante observar que todos esses empreendimentos são adjacentes às praças que foram alvo de revitalização.

Por fim, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) refere-se a um instrumento jurídico e administrativo utilizado para regularizar situações irregulares ou inadequadas em projetos urbanos. Ele é frequentemente empregado quando há descumprimento de normas, leis ou regulamentações urbanísticas por parte de incorporadores, construtores, ou proprietários de imóveis. Infelizmente, apesar da tentativa de contato com a FLORAM, a presente pesquisa não conseguiu os dados dos TACs firmados para adoção de praças diretamente com a Prefeitura Municipal. Temos notícia,

²⁸De acordo com o Processo E 37408/2015: “As ações previstas na área incluíram a revitalização paisagística de toda a área da Praça, a recuperação dos monumentos escultóricos homenageando Antônio Bulcão Vianna, Carl Hoepcke, Anita Garibaldi, marcos e placas comemorativas, a revitalização do chafariz e ambientação paisagística do entorno imediato, a readequação do Parque D^a Tilinha, a recuperação do mobiliário urbano, melhorias na acessibilidade e qualificação ambiental da Praça. Representa uma variável da aplicabilidade da nova Lei em vigor e objeto de interesse do poder público municipal na sua implementação, haja vista se configurar como ação de recuperação patrimonial de inestimável valor para a população e grande importância no contexto ambiental de nossa cidade, oportunizando visibilidade ao conteúdo artístico de bens integrados à paisagem urbana local.”

entretanto, de um caso veiculado pela FloripAmanhã, onde a ACCR Construções, por conta de crime ambiental cometido, foi responsabilizada por realizar uma “reforma total do campo de futebol do Parque da Luz, incluindo a retirada do antigo para colocação de novo gramado, drenagem, pintura, manutenção do campo durante seis meses e outras benfeitorias. Além disto, irá implantar o Projeto Paisagístico do corredor lateral da Escola Básica Municipal Padre João Alfredo Rohr” (MAIS..., 2012).

3.2.3. Valorização imobiliária

Para as incorporadoras imobiliárias, a adoção de praças, ruas e áreas de lazer ainda se tornou estratégica para a transformação não apenas da entrada dos novos empreendimentos, mas da paisagem e da vida de regiões seletas da cidade. A possibilidade apresentada aos empresários pelo *Adote Uma Praça*, de qualificar diretamente os espaços públicos, permitiu que as incorporadoras criassem ou ampliassem amálgamas de alta renda: regiões que centralizam a infraestrutura, serviços especiais (salões de beleza, academias, restaurantes, farmácias etc.) e novos empreendimentos residenciais de alto padrão (SUGAI, 2015).

A região insular da Ponte Hercílio Luz, antes desvalorizada, é um dos casos recentes de centralização estratégica de recursos públicos e privados na conformação de um *sítio social* (SANTOS, 1993). Além do marco histórico de reabertura da Ponte Hercílio Luz, em 2019, as ruas adjacentes receberam nova pavimentação, o Parque da Luz foi reformado no projeto *Viva a Praça* e o Mirante da Ponte Hercílio Luz foi adotado pela WKoerich em 2019 e reformado pela JA8 Arquitetura Viva. Junto disso, pelo menos dois empreendimentos de alto padrão foram desenvolvidos nas imediações: o *Centro Executivo Carl Hoepcke* (2019) e o conjunto misto *Top Vision* (2022). O Parque da Luz é resultado de um conflito na década de 1980 entre a Prefeitura Municipal, que ansiava ceder o terreno à rede hoteleira, e movimentos artísticos e populares, que lutaram para a conformação de um espaço público na cabeceira da ponte (AGOSTINHO, 2008). Com as transformações recentes, o parque deixa de ser um espaço historicamente vinculado ao comércio e serviços populares e passa a se integrar ao comércio e ao turismo de luxo da cidade.

Uma das adoções na região é a Rua Henrique Valgas, situada em frente ao Armazém Rita Maria (2022), pela incorporadora Hoepcke. O Armazém é um projeto de restauração de antigos galpões industriais e faz parte do *Centro Executivo Carl Hoepcke*. Concebido como um espaço gastronômico que reúne restaurantes de alto padrão, foi também o segundo lugar a sediar a multinacional Starbucks Coffee em Florianópolis. A adoção da Rua Henrique Valgas serviu para transformar a paisagem externa do Armazém, antes rodeado de estacionamentos e oficinas mecânicas. Hoje, a rua conta com nova iluminação, canteiros e vasos de plantas, novo calçamento de paralelepípedo (*paver*), bancos e mesas, bicicletário e lixeiras. Temos, nesse caso, a vinculação direta do novo empreendimento com a adoção dos espaços públicos adjacentes, em que o projeto arquitetônico se expande dos limites do edifício para as ruas, as calçadas, os canteiros e as praças.

Outro exemplo é o empreendimento de cinco torres residenciais em lote de aproximadamente 13 mil metros na Avenida Beira-Mar Norte, Simphonia WOA Beiramar (2011-2014). O conjunto foi concebido junto de pelo menos cinco reformas e adoções no entorno imediato do condomínio. A região se tornou um amálgama de investimentos da incorporadora WOA, com a adoção da Praça Rotary Club (2010), da Praça Chico Mendes (2010), da Travessa Boulevard Paulo Zimmer (2013) e reforma da Escola Padre Anchieta (2014) e de um trecho da Rua Rui Barbosa. A aparente motivação dos empresários de “dar vida” às “praças abandonadas” é mal sucedido: ao invés de retomar a apropriação, submetem as áreas aos empreendimentos privados. O caso foi estudado por Corrêa (2015), em que o autor analisa como as praças tornaram-se um *ball de entrada* do novo conjunto.

As praças Rotary Club e Chico Mendes evidenciam que suas revitalizações têm o objetivo de embelezar a área ao entorno de um empreendimento de alto padrão da própria empresa adotante, sendo que uma se localiza exatamente em frente ao conjunto de condomínios, tornando-se um cartão de visitas e a outra na rua em frente, formando um espaço quase que privado de entrada dos edifícios. (CORRÊA, 2015, p. 38)

As praças reformadas também atuam como “cartão de visitas” dos empreendimentos. Como exemplo, temos a reforma da Praça Dom Pedro I (2013) pela WOK Incorporadora, espaço em frente ao conjunto misto WOK Residence (2016) e do prédio residencial eStudio WOK (2017). A Praça Dom Pedro I, por estar do outro lado da rua dos prédios e ser previamente vinculada ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), mantém certa autonomia

em relação aos conjuntos WOK. Ainda assim, o novo paisagismo cumpre o papel de transformar a paisagem e a imagem dos empreendimentos e concentrar a atenção da sociedade na região.

Inauguradas previamente aos conjuntos, as áreas reformadas funcionam como um atrativo no período do plantão de vendas do edifício em obras. Na entrega do Parque Costa Azul pela WKOerich, no “Novo Estreito”²⁹, essa vinculação se apresentou de forma explícita. O convite de cerimônia de entrega oficial do Parque, em setembro de 2023, trazia a seguinte mensagem: “Plantão de vendas do Costa Azul Clube Residencial (ao lado do parque)” (PARQUE..., 2023). O Costa Azul é um condomínio residencial de três torres da WKOerich ao lado da praça adotada: “o vizinho perfeito”.

3.2.4. Subordinação do espaço público aos empreendimentos

Existe um desequilíbrio latente entre as oportunidades de lazer nos espaços comuns dos conjuntos privados e nas praças públicas. “A maior área de lazer na Beira-Mar”: essa é a propaganda do Jazz Club, uma das torres do Simphonia WOA, que conta com “mais de 3.800 m² de uma área de lazer com espaços amplos e únicos. O Jazz Club oferece piscinas, relax center, cinema, quadra esportiva, playground, jardim e tudo que você precisa!”³⁰ (A MAIOR..., 2022). Isso é, enquanto a praça pública Chico Mendes, reformada pela WOA, tem 745 metros quadrados e é servida de bancos e um pequeno parque infantil padronizado, o edifício ao lado conta com extensa e diversa área de lazer. Ao lado de um grande enclave privado autônomo ao espaço social externo, as praças públicas tornam-se caricatas e heterônomas. Essa disparidade também revela que a adoção de praças não é motivada para apropriação dos moradores dos edifícios luxuosos, portadores de praças privativas.

“(...) o apartamento (burguês) se torna um microcosmos. Tende a substituir a cidade e o urbano. A cozinha imita o mercado, a sala de jantar substitui o restaurante, o terraço e a varanda, com suas flores e plantas, servem como um *análogo* (para colocar em termos filosóficos) do campo e da natureza” (LEFEBVRE, 2014, p.5).

²⁹A expansão dos empreendimentos e estratégias urbanas da família Koerich para o continente é um fenômeno recente que está fora do escopo desta pesquisa, mas que mereceria atenção. Pelo menos dez empreendimentos foram desenvolvidos pela família no Estreito e São José nos últimos anos e diversas praças foram adotadas.

³⁰O empreendimento eStúdio, ao lado da Praça Dom Pedro I, da incorporadora WOK, também conta com as seguintes áreas comuns: espaço kids, sala de estudos, cinema, espaço fitness saúde e bem-estar, sala de jogos, salão de festas, espaço gourmet, sala de massagem, piscina adulto e infantil, playground, bicicletário e laundry. (ESTÚDIO..., s.d.)

Essa forma de compensação do espaço público, a partir da apropriação privada do espaço, é acompanhada da degradação da prática e do espaço social, segundo Lefebvre (2014 [1973]). Enquanto os empreendimentos forjam uma realidade burguesa onde o espaço público é dispensável, mero “respiro visual” na cidade e subordinado aos condomínios multifuncionais; as praças tornam-se estéreis, com atividades padronizadas e possibilidades de apropriação limitadas.

(...) por um lado, a privatização de áreas coletivas internas ao condomínio que deveriam ser de acesso e domínio público (...). Por outro, os espaços públicos fora dos muros, que são configurados pelos muros desses condomínios, ficam comprometidos, verdadeiros espaços vazios, abandonados pela não apropriação do lugar. (AGOSTINHO, 2008, p.146)

A praça como espaço das necessidades vitais do lazer — com equipamentos e formas repetitivas — recria o ambiente das casas proletárias. Isso porque, em oposição aos apartamentos burgueses retratados por Lefebvre (2014), as casas proletárias são reduzidas ao mínimo, a um espaço de funções essenciais e, longe de concentrarem todos os símbolos do espaço social, são dependentes da infraestrutura pública: das praças, dos parques, das bibliotecas, dos hospitais, do transporte público e da praia. Tal subordinação dos trabalhadores a esses equipamentos independe do seu estado de conservação e dos termos e normas restritivas que são impostas nos espaços existentes.

Nos primeiros três capítulos, analisamos a vinculação do programa às tendências contemporâneas de *revival* do espaço público, os principais agentes envolvidos em sua promoção (órgãos estatais e associações empresariais), a estrutura legal e estatal que dá suporte às concessões, a estratégia publicitária da campanha, a implantação das adoções nos bairros do Centro e Agrônômica e os interesses das empresas adotantes. O próximo e último capítulo é dedicado ao estudo de caso do *espaço* da Praça Forte São Luís.

4. O projeto da Praça Forte São Luís

Até o momento, este trabalho se propôs a analisar um dos aspectos da estratégia espacial do programa *Adote Uma Praça* em Florianópolis: a política do espaço. O objetivo deste capítulo é nos aproximarmos do *espaço*, nas representações e resultados do projeto arquitetônico e em sua experiência cotidiana. Quais relações podemos encontrar entre a política do espaço e o projeto arquitetônico construído e apropriado? Nos interessamos pela intersecção entre o projeto de cidade da classe dominante, suas representações apresentadas nos capítulos anteriores — publicações, imagens, discursos, provocações e eventos — e a arquitetura das praças. Essa não deixa de ser uma forma de responsabilizar a prática arquitetônica: o arquiteto não apenas como um mero executor submisso de um programa, mas como um agente que se posiciona frente às determinações exteriores (LEFEBVRE, 2014, p. 3).

Para debatermos o tema da arquitetura das praças, partiremos do estudo de caso do projeto da Praça Forte São Luís (Figura 1). A nova praça, inaugurada em 2023, está situada no Centro de Florianópolis, entre as Avenidas Beira-Mar Norte e Mauro Ramos (Mapa 5). Para apresentar e analisar o projeto de autoria do escritório JA8 Arquitetura Viva, o capítulo está dividido em quatro seções. A primeira aborda o papel dos arquitetos e do projeto de arquitetura na estratégia publicitária do *Adote Uma Praça*, e contextualiza a escolha da Praça Forte São Luís como estudo de caso. A segunda seção apresenta as estatísticas do entorno próximo à praça, como o uso do solo. As duas últimas seções aproximam-se do espaço da Praça: a terceira é uma breve descrição do espaço construído, ancorada em texto e imagens e a quarta, a apresentação de temas-síntese de análise do projeto: simbolismo e sensorialidade, vigilância e cosmopolitismo.

4.1. O papel dos projetos na estratégia publicitária do *Adote Uma Praça*

Na estratégia publicitária do plano urbano da Associação FloripAmanhã, certos projetos arquitetônicos cumprem o papel de vanguarda em conflitos que perduram por décadas. Nas propostas que enfrentam obstáculos burocráticos para se concretizarem, as representações visuais dos projetos de arquitetura funcionam como ferramenta persuasiva e mobilizadora da opinião pública. Junto da divulgação do projeto, os jornais locais e as associações empresariais criticam a

morosidade da Prefeitura Municipal em *viabilizar* as ideias de cunho privado. No entanto, especialmente durante as gestões de Gean Loureiro e Topázio Neto (PSD), o conflito assume uma dimensão midiática, tendo em vista que os projetos e as publicações da associação são recebidos pela Prefeitura como “presentes para a cidade” (PROJETO..., 2022). Após superar os entraves burocráticos, as propostas tendem a se concretizar, dissipar o conflito e dar lugar a celebrações na mídia local e entre os diversos agentes envolvidos. Para ilustrar esse enredo, destacam-se alguns casos emblemáticos, como os projetos para os aterros (Marina da Beira-Mar Norte e Museu de Arte e Inovação) e a Praça Forte São Luís. Em ambos os casos, os terrenos eram patrimônios da União, o que cria obstáculos para a adoção dos espaços pelo setor privado. Além disso, os terrenos se encontravam subutilizados, como estacionamentos, sendo a situação de “abandono” o ponto central de críticas à ineficácia da gestão pública. Apesar de, na década de 1990, como mostra a Figura 3, o terreno do Forte São Luís ter abrigado feiras de rua.

A primeira disputa para a construção da Praça Forte São Luís, liderada pela Associação FloripAmanhã, foi para que a União — especificamente, o Exército — cedesse o terreno para a Prefeitura Municipal, em 2012. Somente quatro anos depois, em 2016, o acordo de cessão foi formalizado, após negociação que contou com a participação de deputados federais e gerou cobertura em diversos veículos de imprensa locais³¹. A segunda disputa foi referente ao estudo arqueológico na busca de vestígios do antigo forte antes de iniciar as obras, determinação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e termo acordado na cessão do terreno. A pesquisa, apoiada por vereadores e professores universitários, foi objeto de críticas por parte dos jornais locais associados à Associação FloripAmanhã. O Beira-Mar Shopping³², que havia se responsabilizado pela adoção do local e encomendado o projeto da JA8 Arquitetura Viva, retirou-se como adotante em 2018, em carta assinada por Walter Koerich, “em razão das exigências/necessidades de estudos prévios tão detalhados e específicos a serem realizados pelo IPHAN” (SOLUÇÃO..., 2018).






³¹Algumas das notícias da época que debatem a cessão do terreno à PMF: “Praça Forte São Luís” (2015), Diário Catarinense, por Cacau Menezes; “Praça Forte São Luís vai sair do papel em Florianópolis” (2015), Notícias do Dia Online, por Carlos Damião; “Exército está próximo de vender o terreno para a Praça Forte São Luís” (2016), Notícias do Dia Online, por Carlos Damião e “Mais um passo para Praça Forte São Luís” (2016), da Assessoria de Comunicação da FloripAmanhã.

³²O Beira-Mar Shopping foi o primeiro empreendimento da incorporadora WKoerich, com participação de outros sócios, entre eles, Cassol e Brasilpinho. A família Koerich ainda é presente no Conselho do Shopping.

Terreno do Forte São Luís na década de 1990 e 1980, respectivamente, Figura 3 e 4 (Fonte: Banco de Dados Internacional Sobre Fortificações [www.fortalezas.org]).





-  Baía
-  Praça Forte São Luís
-  Edificações
-  Logradouros
-  Praças do entorno

- 1. Avenida Beira-Mar Norte
- 2. Avenida Mauro Ramos

Entretanto, antes do início dos estudos arqueológicos, em 2019, o Beira-Mar Shopping volta na decisão, assina o Termo de Cooperação e entrega o projeto de arquitetura do escritório JA8 Arquitetura Viva. Em 2021, pela alteração de prazos, a empresa se retira novamente como adotante, afirmando que “não podemos, sob pena de prejuízo a outros novos projetos que possamos ou pretendemos vir a assumir, ficar atrelados a um projeto *ad aeternum*” (EMPREENDIMENTO..., 2021). A desistência foi apoiada pela então presidente da Associação FloripAmanhã, Anita Pires, que criticou a “incompetência dos órgãos públicos de dialogar” (ENTRAVES..., 2021).

Após pesquisa arqueológica e autorização para construção, um novo Termo de Cooperação foi firmado com o Grupo Habitasul Empreendimentos Imobiliários, em 2022, que manteve o mesmo projeto de arquitetura da JA8 e adotou a obra e a manutenção da praça por cinco anos. A cerimônia da concessão ocorreu no terreno da praça, em evento de celebração do feriado nacional. Em 2023, a Praça Forte São Luís foi inaugurada no aniversário de 350 anos da cidade, com a presença do Prefeito Topázio Neto (PSD) e do Governador Jorginho Mello (PL), além de representantes do Grupo Habitasul, da Associação FloripAmanhã e do JA8 Arquitetura Viva (Figura 2).

A estratégia publicitária e as articulações políticas da Associação FloripAmanhã e do Beiramar Shopping ao longo de onze anos culminaram na realização da Praça Forte São Luís. O projeto concebido por JA8 Arquitetura Viva permaneceu no imaginário social durante quatro anos até ser construído. Diante da ausência de alternativas propostas para o terreno do Forte São Luís, o projeto da Associação FloripAmanhã se tornou hegemônico, apresentando-se como a única alternativa possível. Além disso, a proposta apresentada era completa e auto suficiente: com projeto arquitetônico realizado, programa público e recursos privados. É pertinente, entretanto, questionar se o projeto atende aos interesses públicos ou se está alinhado a interesses privados. O fato de o projeto ser uma praça pública não implica automaticamente um espaço de interesse universal, visto que outras instalações públicas poderiam ter sido contempladas, com a contratação de diferentes projetos arquitetônicos.

Nesse contexto, os arquitetos também cumprem o papel de intelectuais orgânicos da Associação FloripAmanhã e das empresas privadas, com discursos que são ao mesmo tempo

técnicos e ideológicos³³. A estreita colaboração entre arquitetos e empresas envolvidas no Programa *Adote Uma Praça* é facilitada pela autonomia concedida aos adotantes, que têm a prerrogativa de encomendar diretamente os projetos arquitetônicos, sujeitos apenas à aprovação final da Prefeitura Municipal. Assim, a concentração da manutenção, reforma e criação de praças em poucas incorporadoras imobiliárias, como vimos no capítulo anterior, também resultou na concentração dos projetos em poucos escritórios de arquitetura. No âmbito do Programa *Adote Uma Praça*, o JA8 Arquitetura Viva se destaca, sendo responsável por cinco dos onze projetos realizados no Centro e Agronômica e outros dois no Jardim Atlântico³⁴. Todos os projetos foram realizados em parceria com incorporadoras da família Koerich e o escritório também desenvolve o projeto paisagístico da área comum dos empreendimentos da WKoerich, da WOA e da WOK³⁵. O JA8 Arquitetura Viva também desenvolveu outros projetos decorrentes de parcerias público-privadas no Centro de Florianópolis, como o Museu de Arte e Inovação Digital (MADI), a Marina da Beira-Mar Norte e o Parque Náutico Walter Lange (Figura 5, 6 e 7a/b, respectivamente).

Como podemos ver, grande parte das intervenções recentes em espaços públicos no Centro e Agronômica são postas em ação por um grupo restrito de agentes: a Associação FloripAmanhã, a família Koerich e o escritório JA8 Arquitetura Viva. Isso promove a homogeneização do espaço público na cidade, tendo em vista que a arquitetura dos espaços adotados é produzida por uma mesma visão de mundo e de cidade que reúnem esses três agentes. Qual é essa visão de mundo e como ela se expressa é o que nós pretendemos analisar a partir de um estudo de caso.

Entre as dezenas de intervenções do Programa *Adote Uma Praça* nos bairros do Centro e Agronômica, escolhemos analisar o projeto da Praça Forte São Luís por três motivos: **(1)** por ser um dos dois projetos novos do *Adote Uma Praça*, e não reformas de praças consolidadas, junto da Praça Monte Serrat; **(2)** por mobilizar os principais agentes do Programa no recorte de estudo, além da Associação FloripAmanhã, a família Koerich e o escritório JA8 Arquitetura Viva e **(3)** pela visibilidade midiática que as etapas do projeto impulsionaram por, pelo menos, uma década.

³³“As representações do espaço, em alguns momentos, combinaram ideologia e conhecimento dentro de uma prática (socioespacial)” (LEFEBVRE, 1992, p. 45, tradução nossa)

³⁴Praça Forte São Luís, Espaço Nereu Ramos, Praça Dom Pedro I, Mirante da Ponte Hercílio Luz e Praça Governador Celso Ramos, Praça do Rancho, Praça Eugênio Koerich e Parque Costa Azul.

³⁵JA8 Arquitetura Viva é responsável pelo projeto paisagístico de 14 empreendimentos do Grupo Koerich: Residencial Vale do Sol, Residencial Continental, Residencial Linda Koerich, Residencial Miramar, Náutico Residencial, Residencial Farol, Porto de Bremen, Alameda Domo Club & Residence, Orla Marítima, Naval Clube, e-Studio Oceano, e-Studio Central, Koerich Beiramar Office e Koerich Empresarial Rio Branco.

Museu de Arte e Inovação Digital (MADI), Rodrigo Ohtake e JA8 Arquitetura Viva, Figura 5 (Fonte: Arq SC) e *Marina da Beira-Mar Norte e Parque Urbano*, ARK 7 e JA8 Arquitetura Viva, Figura 6 (Fonte: ARK 7).



Parque Náutico Walter Lange, JA8 Arquitetura Viva, Figura 7a e 7b (Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis).



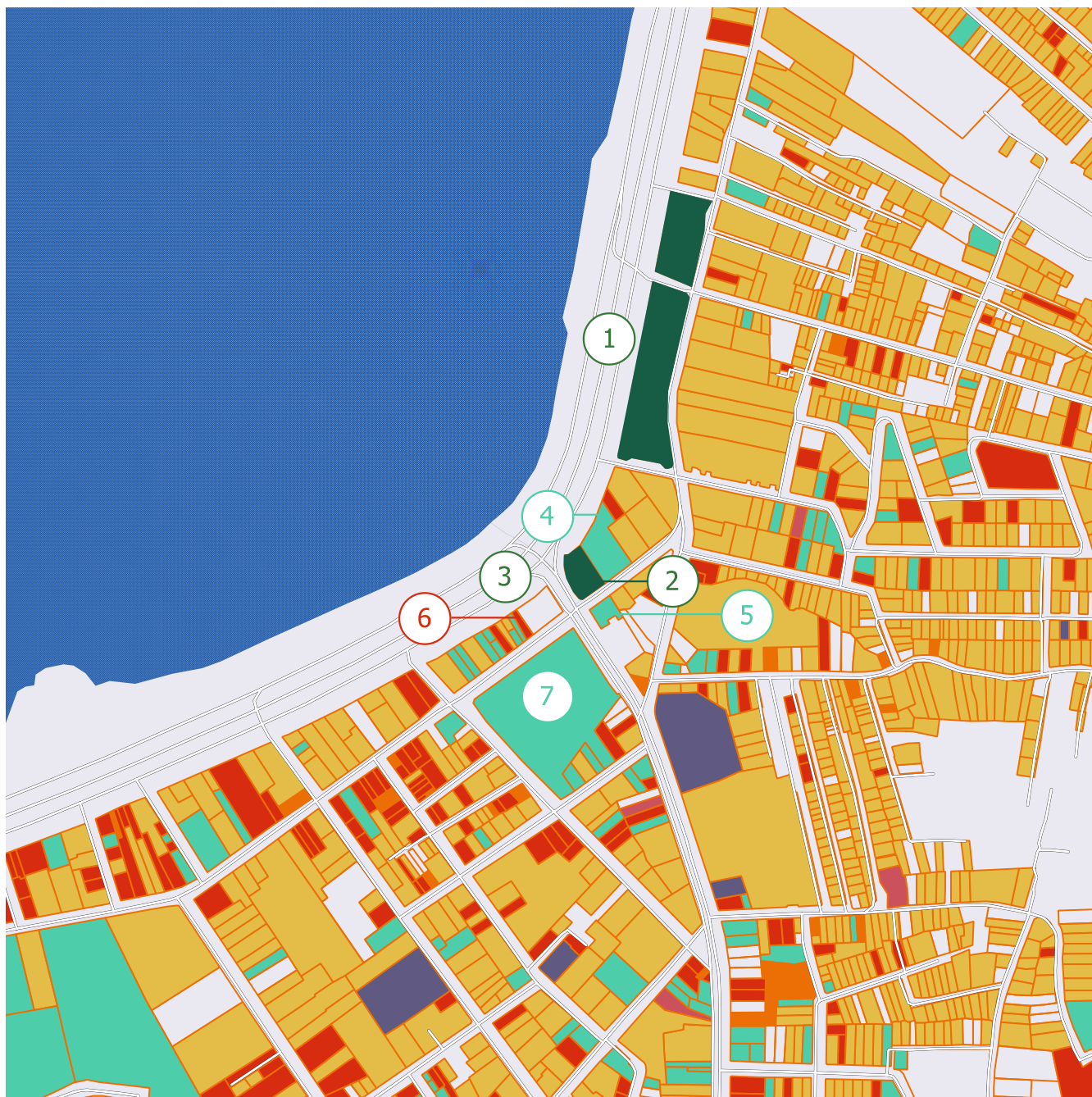
4.2. Estatísticas

Nesta seção, iremos contextualizar a Praça Forte São Luís em seu entorno. Com base nos dados do Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscamos compreender qual é o uso prioritário dos lotes e sua ocupação, a renda média dos moradores, os cheios e vazios e outras praças e espaços de lazer presentes no entorno. É preciso advertir que o estudo estatístico é uma ferramenta complementar, e não substitui a análise crítica do espaço.








Apesar da existência de grandes empreendimentos comerciais, de prestação de serviço e de uso misto no entorno da Praça Forte São Luís, o uso dominante é o residencial (Mapa 6). O entorno, que era, até o fim da década de 1990, principalmente de casas unifamiliares (Figura 4), teve sua morfologia transformada desde a década de 1970, com a fusão de terrenos para a construção de edifícios. Os dois conjuntos habitacionais de quatro pavimentos visíveis na Figura 4, construídos na década de 1970, Conjunto Pioneiro e Residencial João Machado Fortes, ainda hoje são áreas de renda média menor do que dos edifícios de alto padrão, com cerca de 12 andares, construídos entre 1990 e a atualidade. O entorno da Praça, dessa forma, tem a marca desses três momentos históricos: das casas, dos conjuntos habitacionais e dos edifícios altos de padrão elevado.

Como observamos na seção três do capítulo três, a Avenida Mauro Ramos separa, em parte, o Centro entre uma área de alto poder aquisitivo no centro da planície e outra de menor renda nas encostas do Morro da Cruz. A Praça Forte São Luís está posicionada na fronteira da Avenida, na porção de alta renda do Centro da cidade, conforme ilustrado no Mapa 7. Contudo, é importante notar que a vizinhança da Praça ainda exhibe desigualdades significativas de renda. Nas quadras do entorno imediato da Praça, os dados do Censo de 2010 indicam que a Renda Média dos Responsáveis por Domicílios varia entre 8 e 36 salários mínimos³⁶. Contrastando com essa realidade, essa média varia entre 0 e 8 salários mínimos em outras quadras do entorno, com as faixas mais baixas situadas no Morro da Cruz. Dessa forma, apesar do entorno imediato da Praça Forte São Luís ser habitado por famílias com alto rendimento, a expansão do recorte espacial apresenta que a desigualdade socioeconômica também está presente no entorno.

³⁶Considerando que, em 2010, aproximadamente metade da população de Florianópolis vivia com renda inferior a dois salários mínimos, destaca-se que o entorno imediato da Praça Forte São Luís é caracterizada por um perfil de alta renda (INDICADORES..., 2011).



Uso do solo

-  Comercial
-  Mista
-  Prestação de serviço
-  Religioso
-  Residencial
-  Serviço Público
-  Terreno sem Uso

-  Praças
-  Baía

1. Praça Governador Celso Ramos
2. Praça Lauro Muller ("do Majestic")
3. Praça Forte São Luís
4. Hotel Majestic
5. Posto de Gasolina
6. Restaurante L'île Brasserie
7. Beira-Mar Shopping



Renda média dos Responsáveis
por Domicílio

10 a 36 SM

4 a 9 SM

0 a 3 SM



Praça Forte São Luís

Área Verde de Lazer

Baía

Edificações



1. Praça Governador Celso
Ramos

2. Praça Lauro Muller ("do
Majestic")

3. Praça Forte São Luís



Praça Forte São Luís
Área Verde de Lazer
Baía
Edificações



1. Praça Governador Celso Ramos
2. Praça Lauro Muller ("do Majestic")
3. Praça Forte São Luís

O mapa dos cheios e vazios (Mapa 8) apresenta que a Praça Forte São Luís está situada na divisa entre uma área adensada do Centro e o aterro da Beira-Mar Norte, um grande vazio viário. No início do século XX, o terreno estaria beirando a baía norte, antes da construção das pistas do aterro. Ao lado da Praça Forte São Luís, do outro lado da Avenida Mauro Ramos, está situada a Praça Lauro Muller, com 700 metros quadrados e árvores de copas densas. Os dois vazios nos limites nordeste e noroeste da Praça permitem a entrada de sol na maior parte do dia e a visibilidade de horizontes para os seus usuários. Outra praça histórica está localizada nos arredores, a Praça Governador Celso Ramos. Com 16 mil metros quadrados, a praça foi adotada pela WOA Empreendimentos Imobiliários em 2010 e reformada por projeto da JA8 Arquitetura Viva. A Beira-Mar Norte, do lado da baía, também é um amplo espaço de lazer, usada, principalmente, para caminhadas, corridas e outras atividades físicas.

4.3. Uma breve descrição da Praça Forte São Luís

Sáímos, por um momento, do “olhar de pássaro”, para nos aproximarmos da Praça Forte São Luís. Um terreno de cerca de dois mil metros quadrados situado em uma esquina dupla: a primeira, o cruzamento entre a Avenida Beira-Mar Norte e a Mauro Ramos e a segunda, entre a Mauro Ramos e a rua Bocaiúva. Esses são os dois eixos que definem o chamado “triângulo central” (Mapa 5) do Centro de Florianópolis. Uma localização, portanto, agitada. O trânsito é intenso: entre as nove pistas da Beira-Mar, as quatro da Mauro Ramos e as duas da Bocaiúva, pode-se dizer que não existe um minuto sem o movimento de carros ao redor do terreno. Além da velocidade visual dos carros, as buzinas, os freios, as batidas e os escapamentos são um ruído contínuo. O cartão-postal da cidade, o pôr do sol da baía norte, está tão perto quanto longe: 50 metros de pistas de automóvel separam o espaço da água.

Entre o entorno imediato ao terreno e a Praça Forte São Luís existe um contraste. Ao redor da Praça é possível ver, além dos carros, um posto de gasolina, o Hotel Majestic, de cerca de 20 andares, a Praça Lauro Muller em frente ao hotel, o Beira-Mar Shopping, um prédio mais baixo, mas mais próximo da praça e o Koerich Beiramar Office. A Praça, por outro lado, tem poucos e sutis objetos. Um desenho espiral no piso que forma um espelho d’água organiza ao seu redor 31 bancos metálicos, 19 árvores decíduas e 13 chafarizes, que alimentam de forma descontínua o

espelho d'água. Todos os objetos estão no mesmo nível da calçada da rua, e o que separa essa do espaço interno da Praça é uma grande meia lua de arbustos baixos (Figura 9). A falta de grandes referenciais internos à Praça e a visibilidade possibilitada pela escolha da vegetação faz com que a relação com o entorno não seja rompida em nenhum momento: todos os elementos externos e internos podem ser captados de qualquer ponto da Praça (Figura 8).

No térreo da construção de três pavimentos adjacentes ao terreno volta-se um restaurante, que ocupa parte da extremidade da Praça com um toldo e cerca de uma dúzia de ombrelones, mesas e cadeiras (Figura 15 e 16). A Praça, portanto, divide-se, entre as mesas privadas ocupadas para uma permanência mais longa, onde as pessoas almoçam, jantam ou bebem coquetéis, e as cadeiras públicas, fixas e descobertas, onde a tendência é de uma permanência curta.

Na parte da rua Bocaiúva, no exterior do círculo que delimita o exterior e o interior da praça, ainda se situam um bicicletário e um ponto de ônibus reformado, um apoio à rua pública. E, além disso, em uma das quinas da Praça situa-se um espaço dedicado a apresentar a linha do tempo da história do Forte São Luís da Praia de Fora com sete *totens* transparentes.

4.4. Alguns temas de análise do projeto

Elencamos três temas sínteses como resultado da nossa análise do projeto da Praça Forte São Luís, desenvolvido pelo escritório JA8 Arquitetura Viva e símbolo do programa *Adote Uma Praça* em Florianópolis. Enquanto, em certos projetos de praças adotadas no Brasil, a vinculação com o setor privado é anedótica — como um escritório de advocacia desenhar o símbolo da sua empresa com pedras portuguesas no piso da praça adotada em Curitiba (ROSALENI, 2021) —, no caso da Praça Forte São Luís as contradições são menos evidentes. Destacamos as relações entre os aspectos lúdicos e sensoriais da praça, que abordamos na primeira seção do capítulo, o princípio de visibilidade total no projeto, abordado na segunda seção, e o cosmopolitismo do projeto (tanto nas escolhas projetuais quanto a veiculação do projeto em espaços internacionais), o último tema de análise.

JA8 Arquitetura Viva, *Praça Forte São Luís*, Figura 8 (Fonte: Acervo pessoal).



JA8 Arquitetura Viva, *Praça Forte São Luís*, Figura 9 e 10 (Fonte: Acervo pessoal).



4.4.1. Simbolismo e sensorialidade

O desenho do piso em uma espiral decrescente no centro da Praça Forte São Luís, que termina em um espelho d'água e é irrigado por chafarizes ao seu redor, é o elemento central do projeto (Figura 11). Para a arquiteta responsável, Juliana Castro, o objeto é um símbolo não-litera da “nossa ilha rodeada de água por todos os lados e com mais água no centro, seu coração” e do Forte São Luís da Praia de Fora, sendo que “propositalmente o objeto cava o solo, levando a mensagem do passado ali guardado” (PROJETO..., 2023). Junto do espelho d'água, o primeiro símbolo do projeto, a criação de um lugar público, lúdico, acolhedor e agregador de pessoas é o segundo símbolo representativo da arquitetura da praça apresentado pelo escritório.

“o projeto cumpre o papel de agregador de pessoas. Inclui elementos lúdicos como água em movimento, formando um lugar de brincar, poltronas confortáveis para olhar o movimento e o bellissimo pôr do sol, bem como árvores nativas de nossa Ilha para que seja de fato um lugar acolhedor.” (PROJETO..., 2023)

Diferente do projeto paisagístico para o aterro da Baía Sul desenvolvido por Roberto Burle Marx (1909–1994) em 1978, um grande vazio urbano indiferenciado e abstrato (Figura 12), a Praça Forte São Luís tenta construir algo como um “lugar” no espaço público. O desenho cuidadoso mais próximo ao olhar humano, como o desenho do piso, com as vegetações e os chafarizes, e as cadeiras meticulosamente posicionadas, procuram a criação de um espaço único na cidade. Apesar de compartilhar de vários princípios da arquitetura paisagística moderna, como a visibilidade total que debateremos a seguir, o projeto da Praça busca contornar a sensação do vazio que cria. Enquanto o aterro da Baía Sul — ou a Praça da Cidadania na UFSC também desenvolvida por Burle Marx — sempre está vazio, mesmo com milhares de pessoas, a Praça Forte São Luís parece “agregar pessoas” apenas com o movimento dos pedestres.

O uso de elementos naturais e a ludicidade só se realizam no nível da superfície do piso na Praça Forte São Luís, diferente de outros projetos contemporâneos que operam com os mesmos símbolos. Para Wisnik (2018), a produção de arquiteturas topográficas ou paisagísticas são “certamente uma das maiores modas contemporâneas”, que defendem “a ascendência de uma tradição plástica que remonta o pitoresco e o sublime, e que teria sido marginalizada durante o

modernismo, no século XX, sendo agora reabilitada no contexto da emergência das discussões sobre a sustentabilidade do planeta, e das novas teorias antropológicas que propõe abolir a rígida divisão iluminista entre natureza e técnica” (p. 228).

No projeto de praças públicas, podemos comparar a Praça Forte São Luís aos projetos de Lawrence Halprin (1916–2009) nos Estados Unidos. No parque Keller Fountain, os elementos tridimensionais remontam a experiência das cachoeiras, onde até a tensão da segurança e do perigo da natureza é recriado. Como revela a Figura 13, a praça é apropriada pelos usuários como os espaços de lazer naturais. Outro exemplo da arquitetura paisagística contemporânea é o projeto de Junya Ishigami (1974) do jardim botânico Biotop, no Japão, que reposiciona as árvores e os corpos d’água em um parque (Figura 14). Ambos os projetos remontam a natureza com artifícios humanos, o que leva a uma fronteira sensível da percepção entre o real e o irreal, a natureza e o artifício, para quem os observa. Esse não é o caso do projeto da Praça Forte São Luís, que usa os elementos naturais de uma forma mais direta e retraída, limitada a um espelho d’água raso e chafarizes que não alcançam um metro de altura.

Apesar do discurso dos arquitetos e sobre a arquitetura ganhar um espaço privilegiado na contemporaneidade, por vezes, acima da prática arquitetônica, as simbologias devem ser desmistificadas. Como advertia Lefebvre (2014, p.19), “os sinais abstratos e falhos da felicidade, da beleza, proliferam entre cubos e retângulos concretos”. É a partir da arquitetura moderna, segundo o autor, que a intelectualização da arquitetura faz com que o projeto deva ser interessante, e não prazeroso. Assim, cabe à análise crítica revelar as relações entre as narrativas e a arquitetura concebida.

Na arquitetura contemporânea, “chavões” tendem a fundamentar os projetos. Para o estúdio Pezo Von Ellrichshausen, a narrativa arquitetônica contemporânea frequentemente se resume a “uma descrição objetiva das condições pelas quais o edifício existe (com os problemas específicos de adequação de programa e construção ao contexto) ou em uma justificação moral de suas possíveis repercussões” (PEZO VON ELLRICHSHAUSEN, 2022, p.9). Algumas das justificativas morais do projeto, atualmente em destaque, como a sustentabilidade e a promoção do espaço público (ARANTES, 1993), mostram-se distantes da prática arquitetônica, uma vez que um símbolo pode representar uma variedade de soluções, como vimos nos exemplos acima.

JA8 Arquitetura Viva, *Praça Forte São Luís*, Figura 11 (Fonte: Acervo pessoal); e Roberto Burle Marx, *Aterro da Baía Sul*, Figura 12 (Fonte: ND Mais).



Lawrence Halprin, *Keller Fountain Park*, Figura 13 (Fonte: Portland Parks Foundation); e Junya Ishigami, *Botanical Garden Biotop*, Figura 14 (Fonte: Iwan Baan).



4.4.2. Visibilidade e vigilância

O princípio corbusiano do “ver e ser visto” no lugar público parece ser o que rege o projeto da Praça Forte São Luís. De todos os pontos da praça é possível visualizar todos os outros pontos, ou seja, não existe “canto morto”. Isso torna-se possível pela ausência de qualquer objeto acima do olho humano, árvore baixa de copa densa ou arbusto alto e volumoso; não há referências à paisagem indomesticada e sombria, típica da Mata Atlântica. O formato quadrado do terreno, com dimensões nos limites da visão, e a ausência de níveis, sendo a praça plana na altura da calçada da rua, também promovem a visibilidade total do espaço. Um dos poucos objetos na praça, as cadeiras fixas, são direcionadas para pontos específicos. A maior parte das cadeiras está posicionada de forma radial para o centro da praça, o que possibilita, dessa forma, a visibilidade também de todas as outras cadeiras e pessoas que as ocupam. Apenas três trios estão apontados para fora da praça, duas para a Avenida Beira-Mar Norte e uma para a esquina da Avenida com a Praça Lauro Muller.

Os fatores que permitem a visibilidade interna completa para quem ocupa a Praça Forte São Luís também provocam um segundo olhar onipresente. Das três ruas e avenidas que rodeiam a praça, as pessoas nos veículos também podem ver todos os pontos internos. Em especial nas cadeiras mais próximas da Avenida Mauro Ramos, a distância entre as pessoas e os automóveis chega a seis metros (Figura 10). Assim, todo o movimento externo da rua acompanha com uma certa proximidade as atividades das pessoas na praça. Aqui, em um sentido maior de “ver”, do que “ser visto”, pela velocidade e o enclausuramento das pessoas nos carros. Para aqueles sendo vistos, por outro lado, existe uma espécie de monitoramento social contínuo.

A decisão de construir uma praça pública entre algumas das avenidas mais movimentadas do Centro, onde o projeto possa “ser visto”, vincula-se ao objetivo das associações empresariais de melhorar a atratividade da cidade aos “espectadores” visitantes. Para os moradores locais, pode promover um *patriotismo* pela cidade, tal qual outros monumentos urbanos (ARANTES, 1993).

Assim, apesar do *revival* do espaço público (debatido no capítulo dois) ser associado a ideias como valorização do pedestre³⁷, a primazia da visualidade rodoviária suplanta a apropriação da

³⁷“O arquiteto Ulrik Nielsen, sócio de um dos maiores urbanistas do planeta, o dinamarquês Jan Gehl” (PALHOÇA..., 2013), esteve em Palhoça em 2013 para o lançamento nacional do livro “Cidades para Pessoas” e para apresentação do bairro sustentável Pedra Branca.

praça pública, tal qual na década de 1970, com algumas ressalvas. A primeira ressalva é a existência de um projeto arquitetônico específico para a Praça, ou seja, não se trata de uma área verde indiferenciada, como apresentamos na seção anterior. A segunda ressalva é a velocidade reduzida dos carros ao redor da Praça, graças aos cruzamentos e às sinaleiras, que permitem uma proximidade maior com o espaço e as pessoas, diferente dos resquícios viários próximos à pistas rápidas. Podemos fazer uma analogia com os supermercados BEST, nos Estados Unidos, projetados pelo escritório de arquitetura SITE, que tinham o objetivo de chamar a atenção dos automóveis nas pistas de alta velocidade (WISNIK, 2018). Aqui, em outra escala, os carros estão parados no sinal e observam as pessoas nas cadeiras e no bar e as crianças na água.

Junto do espectador, outro novo personagem torna-se constante nos espaços públicos de Florianópolis a partir da década de 1990: o morador de rua (VAZ, 2016, p.140). Entre as principais justificativas dos projetos do programa *Adote Uma Praça* está a segurança pública, o que também pode explicar o princípio de visibilidade total na Praça Forte São Luís. Não existe espaço aconchegante ou escondido onde os sem-teto possam se instalar. Nesse sentido, o restaurante privado que divide o espaço com a praça também funciona como um controle social das atividades que acontecem no espaço, um olhar privado sobre o espaço público. Nas praças históricas reformadas pelo programa *Adote Uma Praça*, a população de rua é expulsa (VAZ, 2016, p.387) por meio do projeto de visibilidade e controle³⁸, na Praça Forte São Luís a praça é projetada para evitar a necessidade de qualquer “manutenção” posterior. Além disso, aos “espectadores” também é oferecida a imagem de uma cidade sem conflitos sociais.

³⁸Por exemplo, a Praça Santos Dumont, Praça Getúlio Vargas, Praça XV de Novembro.

JA8 Arquitetura Viva, *Praça Forte São Luís*, Figura 15 e 16 (Fonte: Acervo pessoal).



4.4.3. Um projeto cosmopolita

A primeira face cosmopolita da Praça Forte São Luís é a vontade de se fazer referência internacional. Um passo nessa direção foi a premiação e seleção do projeto na 12ª Bienal Internacional de Paisagem de Barcelona, na Espanha, no final de 2023. Esse fato levou a veiculação da praça em revistas como Casa e Jardim, da Globo. A Bienal teve como tema, neste ano, como a arquitetura da paisagem pode atuar como protagonista da mitigação das mudanças climáticas. Nesse sentido, o projeto também atua como estratégia publicitária de Florianópolis no cenário internacional, ao divulgá-la com cidade que promove projetos sustentáveis.

“Quem recebeu o convite para fazer parte da bienal foi a autora do projeto, a arquiteta Juliana Castro, que está na Espanha e vai mostrar como deu vida a um terreno abandonado de 2.000 metros quadrados numa das áreas mais nobres de Floripa.” (FLORIPA..., 2023)

Mas a praça também é cosmopolita em outro sentido: na influência de soluções externas. Além dos equipamentos privados do Restaurante L'île Brasserie, como toldos e ombrellones, a Praça Forte São Luís não conta com estratégias de sombreamento ou proteção contra intempéries. A cidade de Florianópolis, no entanto, de clima subtropical úmido, tem mais de um terço dos dias com desconforto por calor, e precipitações contínuas distribuídas por todo o ano. Como *todas* as praças do Centro e Agrônômica de Florianópolis, o projeto da Praça Forte São Luís ignora a realidade climática da cidade. O que leva a uma subutilização da praça, seja por desconforto do sol direto nas cadeiras o dia inteiro, seja pela impossibilidade de permanência devido às chuvas. Dessa forma, em muitos dias do ano, a praça é convidativa apenas para os consumidores do restaurante, se configurando como um espaço hostil para outras pessoas que poderiam permanecer por mais tempo no espaço.

Para além do princípio de alcançar uma visibilidade total na Praça Forte São Luís, uma das premissas fundamentais que orienta o projeto é minimizar as necessidades de manutenção, conforme enfatizado pela arquiteta Juliana Castro em eventos públicos. A busca pela baixa manutenção justifica a opção por não incorporar elementos como pisos gramados, espelhos d'água mais profundos ou árvores perenes de copa ampla. Em certo sentido, essa abordagem respalda a ideia de promover uma "limpeza visual" na praça. No entanto, nota-se que esses dois princípios do

projeto, privilegiados em detrimento das condições de conforto e apropriação da praça pelos usuários, parecem ter limitado o potencial lúdico do espaço e comprometido a capacidade do projeto de atrair pessoas por períodos prolongados.

Em outros projetos de reforma de praças históricas do *Adote Uma Praça*, o debate sobre a restrição de certas atividades no espaço público veio à tona. Caso fatídico é a adoção da Praça Governador Celso Ramos pela incorporadora WOA. O projeto de 2010, elaborado pelo escritório JA8 Arquitetura Viva, impede a apropriação espontânea que dava vida à praça: os jogos de bola dos jovens dos morros das imediações. Ao invés de implantar uma quadra de esportes, como sugeria o projeto do IPUF de 2001, o projeto da WOA instalou uma academia padronizada para idosos e as grandes áreas de vegetação impossibilitam a apropriação da praça como quadra. Além disso, o espaço “passa a ser mais normatizado, através de placas indicando o que pode e o que não pode ser feito, proibindo-se a prática de jogar bola” (VAZ, 2016, p. 148). A arquiteta responsável pelo projeto, Juliana Castro, em entrevista, afirmou que o conceito foi “tornar essa praça habitada de novo por pessoas de bem, resgatando a segurança e a legibilidade do espaço e colocar isso como um lugar que todos podem vir e devem vir a usá-lo” (REVITALIZAÇÃO..., 2011). No lugar da quadra, surge o *pet place*, uso recorrente nas praças reformadas do *Adote Uma Praça*, o que indica a criação de um novo usuário na praça.

Com essas três frentes de análise, concluímos que o projeto da Praça Forte São Luís opera com potencialidades, símbolos que dialogam com as críticas de Lefebvre (2014), por exemplo, acerca do monótono espaço abstrato. Isso se dá na tentativa de construir um espaço lúdico e sensorial. Ao priorizar a visibilidade total e uma certa vigilância do espaço acima do conforto e das possibilidades de apropriação por parte dos usuários, entretanto, a arquitetura da praça torna-se hostil. A ausência de sombreamento, proteção contra intempéries e o ruído dos carros nos leva a imaginar outros projetos possíveis para o espaço.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos os resultados da nossa análise acerca das formas de dominação privada sobre o espaço público em Florianópolis, tanto no âmbito da política espacial quanto na configuração física do espaço, tendo como catalisador o programa *Adote Uma Praça* implementado desde 2007. Conforme revelado pela análise de fontes primárias, a concessão de espaços públicos aponta ser, fundamentalmente, conduzida por um grupo restrito de agentes concentrados nos bairros do Centro e Agronômica, destacando-se a Associação FloripAmanhã, as incorporadoras pertencentes à família Koerich e o escritório de arquitetura JA8 Arquitetura Viva. A influência desses agentes na formulação do planejamento urbano e na configuração dos espaços públicos resulta não apenas em uma apropriação privada, mas também em uma padronização homogênea das praças, alinhada a interesses e valores particulares.

No primeiro capítulo do texto, demonstramos como a história da produção do espaço público em Florianópolis desde o final do século XIX está associada ao paradoxo do *lazer* na sociedade moderna (LEFEBVRE, 1992; 2014). Esse paradoxo é marcado pelo conflito entre a virtualidade, ou existência potencial, da sensorialidade, da sensualidade, do gozo, do lúdico e da apropriação criativa dos usuários nos espaços de lazer; e os limites desses espaços na sociedade capitalista, que impedem a concretização de tais potencialidades, ao submeter os espaços públicos ao domínio do Estado. Apresentamos esse conflito em quatro períodos da história de Florianópolis: nas praças contemplativas do início do século XX; na generalização da natureza como espaço de lazer; na criação de espaços verdes indiferenciados nas décadas de 1960 e 1970 e no *revival* do discurso e das intervenções nos espaços públicos a partir de 1990, do qual fazer parte o programa *Adote Uma Praça*. Relacionamos esse *revival* à tendência internacional de reabilitar o *lugar público* na arquitetura contemporânea, e como essa crítica ao espaço abstrato foi incorporada pelos Estados capitalistas, análise realizada por Arantes (1993).

No capítulo 2, apresentamos a forma política, a configuração legal e as consequências espaciais do objeto desta pesquisa, o *Adote Uma Praça*, na cidade de Florianópolis. Após 2007, com o *rebranding* do programa, observamos que existe um crescente protagonismo da Associação

FloripAmanhã, organização empresarial, no planejamento dos espaços públicos da cidade³⁹. Estabelecemos uma relação entre o surgimento da Associação em 2005 e o fenômeno mais amplo de surgimento de diversas associações empresariais no Brasil, que buscam disputar a hegemonia em âmbito nacional e universalizar suas agendas no âmbito estatal (CASIMIRO, 2016; FONTES, 2020). Apesar da centralidade da Associação na promoção do *Adote Uma Praça*, a configuração legal da concessão de espaços públicos não prevê a participação da Associação, e a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) confere aos seus próprios órgãos algumas das atividades realizadas pela FloripAmanhã. Por fim, constatamos que a abordagem fragmentada na promoção do *Adote Uma Praça* está intrinsecamente ligada a uma seletividade espacial de investimentos (SANTOS, 1993) na cidade, que, por sua vez, encontra respaldo na fórmula de direcionar investimentos privados para áreas privilegiadas e programas públicos para bairros de baixa renda.

No capítulo 3, analisamos a atuação das empresas adotantes no programa *Adote Uma Praça* e suas vinculações com a Associação FloripAmanhã. Por meio da análise dos dados disponibilizados pela FLORAM, constatamos que existe uma variedade de estabelecimentos do setor de serviços que adotam espaços públicos para valorizar o entorno dos seus empreendimentos. Sendo, esse, um benefício a mais aos adotantes privados da concessão das praças e canteiros, além da colocação de placas para autopropaganda. Para as incorporadoras imobiliárias, no entanto, em especial as vinculadas à família Koerich, a adoção de praças se tornou uma estratégia publicitária e de valorização dos imóveis, ou, um ganha-ganha. Esses ganhos são relativos à repercussão da imagem filantrópica das empresas (promovida pela Associação FloripAmanhã), o uso de recursos destinados a instrumentos urbanísticos mascarados de iniciativas sociais, a valorização dos imóveis e a vigilância do entorno dos empreendimentos.

No quarto capítulo, nos aproximamos do *espaço* construído por meio do estudo de caso do projeto da Praça Forte São Luís, desenvolvido pelo escritório JA8 Arquitetura Viva. Concluímos que os arquitetos cumprem o papel de intelectuais orgânicos à Associação FloripAmanhã nos discursos técnicos/ideológicos e no desenvolvimento dos projetos e imagens de arquitetura. Como o projeto da Praça Forte São Luís, o projeto também funciona como forma de convencimento da

³⁹A FloripAmanhã conta com espaço privilegiado de debate sobre os espaços públicos desde 2017, ao formar e coordenar o Grupo de Trabalho de Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente (GT Revit), que reúne Secretarias Municipais para debater o tema.

população em tornar o projeto a única opção possível. Apresentamos, por fim, a nossa análise a respeito da praça, que, em síntese, prioriza as questões de manutenção e visibilidade total do espaço acima dos potenciais lúdicos da praça pública; assim, por falta de sombreamento, proteção da chuva e o forte ruído dos carros, o espaço se torna uma arquitetura hostil.

Ao concluir a análise da produção do espaço de lazer contemporâneo e do programa Adote Uma Praça, reforçamos a tese de que, apesar das significativas transformações na paisagem e na estrutura estatal de Florianópolis ao longo das últimas décadas, subsiste um elemento de continuidade com o passado: o persistente controle estatal sobre o espaço, característico do paradoxo do lazer que permeia os diversos momentos históricos explorados no primeiro capítulo. Este entendimento nos distancia de duas interpretações potenciais sobre o programa: a primeira que argumenta seu papel de incentivar o uso e a livre apropriação do espaço público por meio da *revitalização* (FLORIPAMANHÃ..., 2017); a segunda que sugere que as reformas retiram a natureza pública e sem contradições do espaço anterior, alimentando uma certa nostalgia por uma realidade que nunca existiu. Apesar do entusiasmo com que a sociedade possa responder aos novos investimentos públicos e privados em praças e espaços de lazer, “o terreno não poderia ser mais escorregadio” (ARANTES, 1993, p. 97).

Referências

Referências teórico-metodológicas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.

ARANTES, Otilia. A ideologia do "lugar público" na arquitetura contemporânea (um roteiro). In: ARANTES, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 95-155.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. 2016, 479 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em história social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

FIGUEIREDO, M.B. *A criação do SESI/SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. São Paulo, 1991, 210 p. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, USP.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico?: múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 8, n. 14, p. 15-35, abr. 2020.

HOVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [S.L.], v. 4, n. 5, p. 145-159, 13 ago. 2020. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2526-1843.2019.v4n5.10792>.

LEFEBVRE, Henri. *Toward an Architecture of Enjoyment*. Minnesota: University Of Minnesota Press, 2014 (1973).

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. New Jersey, Wiley-Blackwell, 1992.

PEZO VON ELLRICHSHAUSEN. Madrid: El Croquis, v. 214, 2022.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

STANEK, Łukasz. Collective luxury. *The Journal Of Architecture*, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 478-487, 30 mar. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13602365.2017.1307871>

WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Referências sobre o objeto

- AGOSTINHO, Maria da Graça. *O Espaço Público Urbano e a Cidadania nas Cidades Contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC*. 2008. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BARROS, Laura Xavier. *Espaço público, entorno e usuário: a qualidade da relação observada no Parque da Luz, em Florianópolis*. 2010, 234 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- BERTOLI, João Luis Abrantes. *Blocos hegemônicos metropolitanos: a relação entre o público e o privado na (re)produção do espaço urbano de Florianópolis (2005-2016)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- BOPPRÉ, Afrânio Tadeu. *A contradição em processo: impasses e perspectivas de concepções de cidade em Florianópolis*. 2022, 197 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. O esporte e lazer como fator político educacional e integrador das populações da cidade. In: PERES, Lino Fernando Bragança (org.). *Confrontos na Cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do estatuto da cidade*. Florianópolis: s/, 2022. p. 473-492. Disponível em: <https://ldarq.paginas.ufsc.br/files/2022/03/ConfrontosnaCidade-vrtil.pdf> Acesso em: 23 jan. 2023.
- CORRÊA, Diego Fernando. *Espaço urbano, bens públicos e cooperação: um estudo de caso da revitalização de praças em Florianópolis pela empresa WOA empreendimentos imobiliários*. 2015. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- CUNHA, Rita Dione Araújo. *Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis*. 2002, 361 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PEPS1942-T.pdf>.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900 - 1970)*. 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.
- MULLER, Gláucia Regina Ramos. *A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis*. 2002. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OLEIAS, Valmir. *O lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis: o abandono de um grande projeto*. Florianópolis: UFSC, 1994. 101 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

PERES, L. F. B.; Abreu, M. S.; Calheiros, F. V. (2023). Cidades à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em Florianópolis. *Cadernos metropolitanos*, v. 25, n. 58, p. 1143-1169.

RIZZO, Paulo B. *Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis. 1950 a 1990*. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

RIZZO, Paulo B. *O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC*. 2013. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ROSANELI, Alessandro Filla. *Adote-me, por favor!* ensaio sobre uma ação reversa ao espaço público. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78001>. Acesso em: 13/12/2023 14:19

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

VAZ, Murad Jorge Mussi. *A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana*. 2016. 520 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIEIRA, Marcos Sardá. Em busca do espaço livre e transitório. In: VIEIRA, Marcos Sardá (org.). *O futuro da cidade*: Florianópolis. Florianópolis: Editora Unisul, 2013. p. 63-81.

Fontes primárias

ADOÇÃO da Praça Forte São Luís é formalizada. **FloripAmanhã**. 09 de set. 2022. Disponível em: <https://floripamanha.org/2022/09/adocao-da-praca-forte-sao-luis-e-formalizada/>. Acesso em 21 de nov. 2023.

A lição do aterro. **Floripa Sustentável**. 18 de mai.2022. Disponível em: <https://floripasustentavel.com.br/a-licao-do-aterro/>. Acesso em 21 de nov. 2023.

A MAIOR área de lazer da Beira-Mar. **WOA Imóveis**. 2 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeTVci2s7PH/>. Acesso em 08 out. 2023.

BAÍA Sul e Centro Histórico: veja espaços públicos que Florianópolis quer gestão privada. **Clipping FloripAmanhã**. 6 de jun. 2022. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2022/06/baia-sul-e-centro-historico-veja-espacos-publicos-que-florianopolis-quer-gestao-privada/>. Acesso em 21 de nov. 2023.

CAMPANHA Viva Bem Floripa estimula exercício da cidadania. **FloripAmanhã**. 08 de nov. 2006. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2006/11/campanha-viva-bem-floripa-estimula-exercicio-da-cidadania/>.

Acesso em 22 de nov. 2023.

COORDENADOR do REVIT faz balanço positivo de conquistas em 2017. **FloripAmanhã**. 14 de dez. 2017. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2017/12/coordenador-do-revit-faz-balanco-positivo-de-conquistas-em-2017/>. Acesso em 22 de nov. 2023.

EMPREENDIMENTO desiste de adotar área pública em área nobre de Florianópolis.

FloripAmanhã. 05 de ago. 2021. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2021/08/empreendimento-desiste-de-adotar-area-publica-em-area-nobre-de-florianopolis/>. Acesso em 13 de out. 2023.

ENTRAVES impedem revitalização de praça na Beira-Mar Norte. **FloripAmanhã**. 05 de ago. 2021. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2021/08/entraves-impedem-revitalizacao-de-praca-na-beira-mar-norte/>.

Acesso em 13 de out. 2023.

ENTREVISTA WALTINHO KOERICH: empresário com DNA das boas ações. **ND Mais**, 28 de nov. 2016. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/diversao/entrevista-waltinho-koerich-empresario-com-dna-das-boas-acoas/>.

Acesso em 13 de out. 2023.

ESPAÇOS públicos de Florianópolis são adotados pelo setor privado. **Prefeitura de Florianópolis**. 11 de mai. 2017. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/coam/index.php?pagina=notpagina¬i=18447>. Acesso em 13 de nov. 2023.

ESTÚDIO WOK. **WKoriech**, s.d. Disponível em:

<https://www.wkoerichmoveis.com.br/empreendimentos/estudio-wok/>. Acesso em 10 out. 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei nº 2.668, de 1987**. Florianópolis, SC, 1987. Disponível em: <http://leismunicipa.is/begqa>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 106, de 1988**. Florianópolis, SC, 1988. Disponível em: <http://leismunicipa.is/tharp>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 195, de 1997**. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hrapt>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 244, de 1997**. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <http://leismunicipa.is/idtvk>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 11.602, de 2013**. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/cdjgq>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei nº 9.336, de 2013**. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ebqcj>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei nº 10.601, de 2019**. Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/rwlhz>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 21.909, de 2020**. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: <http://leismunicipa.is/knyjr>. Acesso em 05 de dez. de 2023.

FLORIPAMANHÃ. **Almanaque FloripAmanhã 10 anos**: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente. Edição do autor, Florianópolis, 2015.

FLORIPAMANHÃ conquista padrinhos para revitalizar praças da capital catarinense.

FloripAmanhã. 16 de fev. 2007. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2007/02/floripamanha-conquista-padrinhos-para-revitalizar-pracas-da-capital-catarinense/>. Acesso em 22 de nov. 2023.

FLORIPAMANHÃ formaliza a participação da PMF no programa Adote uma Praça.

FloripAmanhã. 15 de maio. 2017. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2017/05/programa-adote-uma-praca-promove-adocao-de-mais-11-locais-e-passa-a-ter-grupo-de-trabalho-na-prefeitura-para-fortalecer-aco-es-de-revitalizacao-de-espacos-publicos/>. Acesso em 22 de nov. 2023.

FLORIPA Barcelona: Praça do Forte São Luís. **FloripAmanhã**. 27 de nov. 2023. Disponível em: <https://floripamanha.org/2023/11/floripa-barcelona-praca-do-forte-sao-luis/>. Acesso em 22 de nov. 2023.

FLORIPA pode perder espaço público no Centro. **FloripAmanhã**. 09 de mar. 2012. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2012/03/floripa-pode-perder-espaco-publico-no-centro/>. Acesso em 19 de nov. 2023.

HOMENAGEM: comemorações dos 17 anos da Associação FloripAmanhã. **FloripAmanhã**. 26 de ago. 2022. Disponível em:

<https://floripamanha.org/2022/08/homenagem-comemoracoes-dos-17-anos-da-associacao-floripamanha/>. Acesso em 13 de out. 2023.

INDICADORES Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio. **Agência IBGE**. 16 de nov. 2011. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14124-asi-indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio>. Acesso em 13 de out. 2023.

MAIS um Termo de Compensação Ambiental assinado na FLORAM. **FloripAmanhã**. 26 de set. 2012. Disponível em: <https://floripamanha.org/2012/09/mais-um-termo-de-compensacao-ambiental-assinado-na-floram/>. Acesso em 13 de out. 2023.

NOSSA história: onde tudo começou. **Blog Koerich**, 5 de jun. 2016. Disponível em: http://blog.koerich.com.br/gente-nosa/nossa-historia-onde-tudo-comecou/?gclid=Cj0KCCQjw1aOpBhCOARIsACXYv-fPeZaOSwBCdDBCtP__VMQfMavMJGX1Sprka1DcJo9_86wbg4CzUoaAt9pEALw_wcB. Acesso em 13 de out. 2023.

O MADI, um projeto icônico para o Aterro da Baía Sul, em Florianópolis. **Floripa Sustentável**. 01 de dez.2022. Disponível em: <https://floripasustentavel.com.br/o-madi-um-projeto-icone-para-o-aterro-da-baia-sul-em-florianopolis/>. Acesso em 21 de nov. 2023.

OS presentes que Florianópolis merece e precisa ganhar. **Floripa Sustentável**. 23 de mar.2022. Disponível em: <https://floripasustentavel.com.br/os-presentes-que-florianopolis-merece-e-precisa-ganhar/>. Acesso em 21 de nov. 2023.

PALHOÇA é sede de lançamento do livro Cidades para Pessoas. **FloripAmanhã**. 27 de ago. 2013. Disponível em: <https://floripamanha.org/2013/08/palhoca-e-sede-de-lancamento-do-livro-cidades-para-pessoas>. Acesso em 13 de out. 2023.

PARQUE Costa Azul. **FloripAmanhã**. 26 de ago. 2023. Disponível em: <https://floripamanha.org/2023/09/florianopolis-ganha-nessa-sexta-feira-novo-parque-urbano/>. Acesso em: 08 out. 2023.

PERSONALIDADES de destaque nos 10 anos da FloripAmanhã recebem homenagem na Alesc. **FloripAmanhã**. 10 de nov. 2015. Disponível em: <https://floripamanha.org/2015/11/personalidades-de-destaque-nos-10-anos-da-floripamanha-recebem-homenagem-na-alesec/>. Acesso em 13 de out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Praça Viva - Reformas. 2019. Disponível em: <http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/acoes-programas/mapasdarede/reformas-pracas.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PROJETO Boa Praça. **WLife**. 13 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.wkoerichimoveis.com.br/wlife/projetoboapraca/>. Acesso em 13 de out. 2023.

PROJETO de praça de Florianópolis vai integrar Bienal de Barcelona. **FloripAmanhã**. 05 de set. 2023. Disponível em: <https://floripamanha.org/2023/09/projeto-de-praca-de-florianopolis-vai-integrar-bienal-de-barcelona/>. Acesso em: 08 out. 2023.

PROJETO do Museu de Arte Digital e Inovação – MADI – é apresentado em Florianópolis. **Arq SC**. 02 de dez. 2022. Disponível em: <https://arqsc.com.br/projeto-do-museu-de-arte-digital-e-inovacao-e-apresentado-em-florianopolis>. Acesso em 13 de out. 2023.

PROJETO REMAR inicia com apresentação da dinâmica de trabalho colaborativo. **FloripAmanhã**. 17 de ago. 2021. Disponível em: <https://floripamanha.org/2021/08/projeto-remar-inicia-com-apresentacao-da-dinamica-de-trabalho-colaborativo/>. Acesso em 24 de nov. 2023.

REFORMA do Parque Náutico de Florianópolis ficará pronta no início de 2024; veja como será. **ND Mais**. 31 de out. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/reforma-do-parque-nautico-de-florianopolis-ficara-pronta-no-inicio-de-2024-veja-como-sera/>. Acesso em 23 de nov. de 2023.

REVITALIZAÇÃO da Praça Celso Ramos em Florianópolis. **Casa e Cia**. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RHA5RPQ-Inw>. Acesso em 09 de out. 2023.

SOBRE. **WOA Empreendimentos**. s.d. Disponível em: <https://www.woa.com.br/sobre>. Acesso em 13 de out. 2023.

SOLUÇÃO para o terreno do Exército depende da Prefeitura. **FloripAmanhã**. 03 de jan. 2018. Disponível em: <https://floripamanha.org/2018/01/solucao-para-o-terreno-do-exercito-depende-da-prefeitura>. Acesso em 13 de out. 2023.

